

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DEPOIS DA
DITADURA MILITAR: O MOVIMENTO ESTUDANTIL
CONTEMPORÂNEO E A INFLUÊNCIA DO PARTIDO
COMUNISTA DO BRASIL

JOSÉ NEWTON RANGEL GUIMARÃES

JOSÉ NEWTON RANGEL GUIMARÃES

A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DEPOIS DA
DITADURA MILITAR: O MOVIMENTO ESTUDANTIL
CONTEMPORÂNEO E A INFLUÊNCIA DO PARTIDO
COMUNISTA DO BRASIL

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em História, do Instituto de
História da Universidade Federal de
Uberlândia, como exigência parcial para
obtenção do título de Bacharel em História,
sob a orientação do Professor Dr. Antônio
de Almeida.

Uberlândia, Setembro de 2006.

JOSÉ NEWTON RANGEL GUIMARARES

A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DEPOIS DA DITADURA
MILITAR: O MOVIMENTO ESTUDANTIL CONTEMPORÂNEO E A
INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Almeida

Profa. Dra. Giselda Simonini

Profa. Doutoranda Geanne Silva

Ao meu tio Cícero, pelo
apoio incondicional nos
momentos decisivos.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, aos professores e funcionários. Em especial ao Prof. Dr. Antônio de Almeida pela orientação que tornou possível esse trabalho, por sua dedicação e por seu estímulo para encontrar esse tema.

À direção do Partido Comunista do Brasil de Uberlândia pelo acesso que garantiu às fontes, pelos depoimentos e pela postura corajosa e democrática que adotaram frente a essa pesquisa.

À Kênia, minha companheira, pelo apoio e dedicação de todos esses anos.

Sumário:

Introdução.....	6
Capítulo I: Movimento de Juventude, Movimento Estudantil e Criação da UNE.....	12
A Fundação da União Nacional do Estudante.....	24
Capítulo II: A Reconstrução da UNE e a Hegemonia do PC do B.....	47
O Predomínio do PC do B.....	52
A União da Juventude Socialista e a construção da base que sustenta a ação do PC do B na UNE.....	57
Considerações Finais:.....	65
Bibliografia:.....	69

Introdução

Ao procurar um tema para essa monografia fui ler diversos autores que aconselham em suas obras invariavelmente a mesma coisa, segundo a idéia geral que me passaram pude perceber que para que uma pesquisa científica ser possível faz-se necessário um ingrediente fundamental, uma curiosidade apaixonada, só possível com temas que de fato lhe movimento o entusiasmo. Nesse caso comecei a procurar esse tema em mim mesmo. Algo que de fato me envolvesse.

Não era fácil, que tipo de assunto poderia existir que me motivasse a desenvolver uma pesquisa científica?

A resposta veio depois de alguns percalços, no entanto veio de forma imponente.

Para avistá-la percorri um caminho que passo a passo delimitou o tema. Era necessário que tivesse a ver com movimento social, pois essa questão sempre me motivou. Dessa forma a questão ainda estava muito ampla qual movimento social pesquisaria? O de luta pela terra? Já pensei em me dedicar a esse assunto, vivo em uma região muito interessante, no entanto não sei se teria perguntas a fazer que já não tenham sido respondidas, veio então a idéia de pesquisar o movimento operário, esse então foi descartado. Não por sua importância, acontece é que esse assunto em especial é objeto de estudo de inúmeros especialistas e definitivamente não me considerei apto nesse momento para tal empreitada.

O movimento estudantil apareceu como a grande resposta, aquela que de fato poderia ser realizada com êxito. Desde meus tempos de secundarista estou envolvido com o movimento estudantil, no mesmo ano em que o Collor foi escorraçado do planalto, eu e meus colegas do colégio nos esforçávamos para fundar o Grêmio da Escola Estadual Caetano Azeredo em Belo Horizonte. Seu prédio antigo e de arquitetura imponente da primeira metade do século XX fica de frente ao Fórum Lafayette e ao lado do Clube do Cruzeiro. Escola tradicional no bairro hoje comercial, o Barro Preto, na época tinha como diretora uma senhora que insistia em barrar a construção do grêmio, mal sabia ela que quanto mais se colocasse contra, mais força daria ao movimento.

No decorrer desta pesquisa pude perceber que a Dona Sandra, esse era o nome da diretora, agiu como um agente catalítico, ou seja, o elemento que gera contra ele a rebelião da juventude, ou como escreveu Poerner,

"A rebelião da juventude no Brasil apresenta, portanto, um cunho marcadamente social, até mesmo nos seus aspectos mais exteriores e superficiais como o vestuário. Não se trata de um mero conflito de gerações, embora os "velhos" – por tal designação entendidos os pais, professores, autoridades, etc. – funcionem as mais das vezes, como poderoso agente catalítico da revolta. Esse processo tem suas origens remotas na adolescência, como o início da desmistificação da figura paterna".¹

Agora, consigo perceber aspectos históricos e sociológicos daquela luta um tanto quanto pueril, encontrei inclusive conceitos e termos que dão significado aos personagens de minha experiência junto ao movimento estudantil.

Dessa forma, o tema apareceu como uma resposta natural, no entanto, visto dessa forma torna-se muito amplo, como uma vasta história de lutas vitórias, derrotas, reveses e contradições. Qual poderia ser um recorte interessante dentro do movimento estudantil ao qual pudesse me dedicar com alguma chance de êxito? E ainda, como esse trabalho poderia ser útil para o debate à cerca do tema?

Resolvi então analisar o movimento estudantil no período contemporâneo. Interessei-me em estudar aquele movimento que surgiu depois da ditadura militar, ou melhor, o movimento que voltou a legalidade com o processo de redemocratização do fim da década 70, momento de desmonte da ditadura brasileira. Como teria ocorrido essa reconstrução? Como as entidades se reestruturaram? Que forças políticas passaram a agir em seu interior? E como não podia deixar de ser uma outra questão apareceu: Como a União Nacional dos Estudantes, a UNE, atravessou esse momento?

Estava resolvido! O tema era esse: a UNE no pós-ditadura. O recorte de tempo a ser realizado seria do fim da ditadura até os dias atuais, pois agora estamos vivenciando o fim do mandato de Luis Inácio Lula da Silva, candidato que teve sua eleição apoiada pela UNE, logo, não fazia sentido deixar de lado a análise das posturas adotadas por essa entidade no período de 2002 a 2006.

¹ POERNER, Arthur. **O Poder Jovem**: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula. Prefácio de Antônio Houaiss, pg 21. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

Como entender os rumos tomados após o fim do regime militar? Qual será o perfil do movimento estudantil hoje? E uma outra questão de caráter fundamental para a condução de qualquer movimento: Qual o cenário de operações onde ocorrem os principais conflitos, as principais lutas? Ou seja, como se configurou o sistema educacional brasileiro após a ditadura? Qual o efeito do acordo Mec-Usaid na cena universitária nacional e quais reflexos podem ser notados no interior do movimento estudantil hoje?

Não tenho nenhum receio no campo teórico de abordar um tema do contemporâneo, não considero que os temas da atualidade sejam um campo de domínio exclusivo do sociólogo, ou nas palavras do historiador francês Marc Bloch,

"Diz-se algumas vezes: A história é a ciência do passado. É no meu modo de ver falar errado".

Pois, em primeiro lugar, a própria idéia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda. Como sem uma decantação prévia, poderíamos fazer, de fenômenos que não tem outra característica comum a não ser não terem sido contemporâneos, matéria de um conhecimento racional? Será possível imaginar, em contrapartida, uma ciência total do Universo, em seu estado presente?

Sem dúvida, nas origens da historiografia, os velhos analistas não se constrangiam nem um pouco com tais escrúpulos. Narravam desordenadamente, acontecimentos cujo único elo era terem se produzido mais ou menos no mesmo momento: os eclipses, as chuvas de granizo, a aparição de espantosos meteoros junto com batalhas, tratados, mortes dos heróis e dos reis".²

Acredito que a compreensão dos caminhos percorridos pela UNE até os dias atuais sejam de fundamental importância para o aprofundamento da análise política do Brasil advindo com a redemocratização da década de 80, pois o movimento estudantil universitário tem servido largamente como um laboratório de prática política para um grande número de jovens que começaram suas atividades no interior do movimento estudantil e passado algum tempo, chega a ocupar cargos políticos e eletivos nas mais diversas esferas do estado, dessa forma o movimento estudantil formou e continua formando um enorme contingente de lideranças de todos os matizes ideológicos, à esquerda e a direita. Obviamente o discurso hegemônico no

² BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor. p 52.

interior do movimento é um discurso engajado de esquerda e com rompantes de revolucionário. Mas ao analisar as práticas cotidianas da política estudantil podemos perceber que entre a prática e o discurso existe uma imensa distância, e uma constatação se faz de imediato: o movimento estudantil brasileiro reflete todas as características e vicissitudes da prática política de nossa sociedade, logicamente por ser parte integrante da experiência política do país, portanto não poderia o movimento estudantil escapar de sua herança cultural e social. Herança fartamente recheada de práticas autoritárias e discriminações de toda ordem.

Analisando a história recente da UNE uma constatação salta aos olhos, durante a maior parte do período pos ditadura uma força política, ligada diretamente a um partido político esteve à frente da direção da UNE: O PC do B. Dos 27 anos da reconstrução da entidade em 1979 até os dias atuais 23 anos foram de hegemonia do PC do B.

Como isso foi possível? Como um partido pequeno, de ínfima expressão eleitoral pôde conseguir tal façanha? Quais os métodos utilizados pela direção partidária para manter o controle da UNE durante todo esse tempo?

Essas são as indagações que norteiam essa pesquisa, é a partir da reflexão sobre as possíveis respostas para as mesmas que esse seguirá.

Inúmeros documentos históricos foram utilizados para o desenvolvimento dessa pesquisa, desde panfletos, cartazes, jornais, vídeos, resoluções oficiais, recortes de revistas, enfim uma enorme quantidade de fontes, pois se possuíam uns mínimos vestígios das respostas procuradas, os documentos eram de imediato recolhidos e identificados. Procurei durante toda a reflexão me atentar para a advertência feita por Marc Bloch, segundo ele, é o homem que a história quer capturar, logo ao refletir sobre a história da UNE, voltei às atenções mais detidamente também sobre os agentes, os indivíduos, que atuam no interior do movimento estudantil, como se constituem historicamente, quais suas origens, assim tentei capturar o agente histórico: o estudante.

*“Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana sabe que ali está a sua caça”.*³

³ BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor. p 54.

Em 1º de abril de 1964 todo movimento social brasileiro foi cercado pelas tropas de militares que iniciavam com o apoio dos Estados Unidos, um dos períodos de maior opressão política e policial, bem como o maior revés da democracia na história do Brasil no século XX.

Os anos que se seguiram foram de perseguições, torturas, e luta, muita luta. Sobretudo daqueles que estavam na ocasião do golpe envolvidos com a luta do povo, ou ainda daqueles que escolheram o caminho da resistência contra a ditadura. Vários Atos Institucionais cassaram os direitos políticos, as liberdades civis, o direito à imprensa livre, ou seja um período de exceção que se abateu sobre toda a América Latina, pois assim como o Brasil todos os demais vizinhos também amargaram anos de truculência e barbárie na mesma época.

Sintoma direto da Guerra Fria essas ditaduras tinham como principal bandeira o anticomunismo, eram, portanto justificadas pelos Estados Unidos e seus aliados como “necessárias” para a defesa ‘da liberdade, da propriedade e da religião’ dos povos contra o comunismo ‘exótico e ateu’. Empunhando essa bandeira os ditadores procuraram de todas as formas destruir as organizações populares e estudantis onde julgavam estar presente, e de fato na maioria das vezes estava, a influência dos militantes comunistas e socialistas. Acontece que a ditadura acabou, tanto no Brasil como nos demais países da América Latina, e como um processo natural os movimentos sociais buscaram se reconstruir, traziam agora na bagagem uma nova experiência, pois a maioria deles estiveram clandestinos durante os “anos de chumbo”, ou seja, todos os movimentos traziam as marcas acumuladas pelos anos de ditadura.

Como terá sido o impacto da ditadura militar no movimento estudantil brasileiro? Quais as marcas o movimento carrega que tornam possível perceber os efeitos dos anos de clandestinidade e perseguição policial?

De que forma a UNE (União Nacional dos Estudantes) se reestruturou após a redemocratização do país e qual sua trajetória até os dias atuais?

Outro objetivo que procurei analisar nesse trabalho diz respeito ao processo de disputa interna pelo poder na direção da UNE, as tendências que realizam essa disputa, seus posicionamentos e principais embates. Dentro dessa linha faz inevitável e pertinente mais uma vez a investigação sobre a hegemonia política alcançada pelo PC do B, após a reconstrução da entidade em 1979.

Esse trabalho está dividido em dois capítulos, sendo o primeiro uma reconstituição, feita paralelamente com a análise da história do movimento estudantil brasileiro até o momento histórico que permitiu a Fundação da União

Nacional do Estudante, em 1937. Ainda no primeiro capítulo, o leitor encontrará um breve relato da ação da UNE, desde sua fundação até os dias de clandestinidade do regime militar, entre 1964 e 1979. O objetivo deste capítulo é, portanto, criar um ambiente em que se possa estabelecer a análise das questões referentes ao movimento estudantil, em especial da UNE, no contemporâneo.

O segundo capítulo estabelece uma análise o processo de reconstrução da UNE, ocorrido dentro dos momentos finais da ditadura militar. Quais os rumos tomados pelo movimento estudantil à partir de então. Através do diálogo com as fontes, a investigação se orienta para o esclarecimento, dos motivos pelos quais se estabeleceu a hegemonia do PC do B na direção da UNE, pois em 27 anos desde a reconstrução os comunistas só estiveram fora da direção da entidade por quatro anos, entre 1987 e 1991.

CAPITULO I

Movimento de Juventude, Movimento Estudantil e Criação da UNE

A história da política nacional contém em seu interior um movimento que serve como uma espécie de laboratório para sua prática, tal movimento forma grande parte das lideranças sociais bem como os indivíduos que ocupam ou já ocuparam inúmeros cargos, eletivos ou não, da burocracia estatal.

Portanto ao analisar o movimento estudantil precisamos ter em conta que se trata do local que age na formação dos cidadãos brasileiros, e, portanto, reflete a sociedade como um todo. Conhecendo o movimento estudantil podemos compreender melhor o quadro político nacional contemporâneo.

Nesse capítulo, ao discorrer sobre o movimento estudantil, terei como base os escritos de Eloy Pontes⁴, que ao escrever sobre a vida de Olavo Bilac faz uma interessante leitura sobre a mobilização política da juventude brasileira durante o processo histórico que levou a proclamação da república. Outra referência importante para a análise do movimento estudantil utilizada foi a obra de Arthur Poerner, intitulada: *O Poder Jovem*,⁵ um dos livros que em sua primeira edição, na década de 60, constou na lista de obras proibidas pela ditadura militar. Essa obra reeditada em 2004 faz um relato jornalístico da história da construção e da vida da UNE até os dias atuais. Serviu de certa forma como um roteiro, que eu percorri, as vezes bem junto do autor, é verdade, porém avancei sozinho onde Poerner não pisou, pois em sua obra não realiza a análise das razões que explicam a predominância dos comunistas na direção da UNE.

A militância no movimento estudantil seja ele secundarista ou universitário se dá durante a juventude do indivíduo, dessa forma esse movimento está contido nos movimentos de juventude, pois a condição básica para ser estudante em qualquer nível é possuir acesso à escola, e isso no país nem sempre foi realidade, nem para os abastados do período colonial, por exemplo, ou para a grande parte da população do império, ou dos primeiros anos da república. E mesmo hoje nem todos tem acesso garantido à educação,

⁴ PONTES, Eloy. *A Vida Exuberante de Olavo Bilac*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. 2 v.

⁵ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

em especial à educação superior, meio onde ocorre o objeto de análise dessa monografia, ou seja, o movimento estudantil universitário.

A participação política do jovem brasileiro é maior que o movimento daqueles que tem acesso à educação, a juventude está presente nas igrejas, sindicatos, movimentos culturais e sociais dos mais diversos, de forma natural e espontânea sua ação é sempre acompanhada de um forte impulso criativo e transformador que rejuvenesce as organizações as quais se integra, diversas vezes é a juventude o maior contingente a participar dos principais fatos políticos da história recente do país, apesar de no interior da juventude também existirem os conservadores, para a grande maioria dos jovens brasileiros o impulso é sempre transformador. Os diversos movimentos juvenis, entre eles o estudantil, passam a atrair,

“...todos os que ali pelos treze anos de idade, entram na fase das preocupações sociais, até o que ali pelos noventa e nove anos, principiam a desgarrar-se de todas as preocupações.”⁶

Todas as correntes de pensamento político existentes possuem suas representações entre os jovens, pois se a mesma é parte da sociedade, tudo o que existe na sociedade se reflete em sua juventude, no entanto, uma característica dos movimentos políticos realizados ao redor dos locais de estudo, ou seja, na fração da juventude que de alguma forma se preocupa com as questões estudantis, participa do movimento estudantil de forma freqüente ou não, não importa, a maioria se identifica com idéias, valores e discursos de esquerda. Das correntes mais radicais do comunismo de influência russa ou chinesa, de Lênin a Mao-tsé Tung, ou do anarquismo de Proudhon e Bakunin até ao moderado social democrata, todos estão de alguma forma presentes no movimento estudantil brasileiro. Rara é a organização identificada com o pensamento de direita que sobrevive nesse campo de atuação, estudantes ligados aos partidos herdeiros da Arena⁷, ou com discursos de cunho liberal, de progresso do capitalismo atualmente são quase inexistentes. No entanto nem sempre foi assim e esse fato será analisado no decorrer desse trabalho. Por

⁶ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Prefácio de Antônio Houaiss, pg 21. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

⁷ **Arena**: Aliança Renovadora Nacional. O partido dos ditadores. A organização político-militar que controlou o poder no Brasil durante o regime militar, entres os anos de 1964 e 1985.

ora fica apenas uma dica: A direita já chegou ao controle da UNE pelo menos uma vez.

O movimento estudantil brasileiro é um movimento de esquerda, diria Sartre com certeza. Os discursos e as identificações da maioria daqueles que se envolvem com a política estudantil é sem dúvida marcado por uma postura de esquerda. Tal afirmação não significa que na hora da ação, da prática, atitudes conservadoras, preconceituosas e reacionárias não sejam observadas. Como explicar esse discurso “esquerdista” dos nossos estudantes?

Por estar em pleno processo de transformação, física, intelectual, e de valores, características da adolescência, o jovem brasileiro ao atuar politicamente o faz sempre com um discurso transformador da ordem estabelecida. Tal comportamento se dá em função de uma grande conjunção de fatores, entre eles cabe destaque para um em especial: a necessidade que transpira em um jovem país, jovem sociedade com apenas 506 anos entre a conquista dos portugueses e os dias atuais.

Desses 506 anos desde a chegada de Cabral, 322 foram de domínio colonial português, e ainda, 388 anos foram de trabalho escravo. Portanto sempre há o que transformar numa nação que teve um nascimento complicado e uma criação pervertida. Nasceu colônia e se criou escravista, por aqui a educação nem sempre foi vista como algo prioritário.

“... A escravidão por instituto procedeu repelindo a escola, a instrução pública, e mantendo o país na ignorância e escuridão, que é o meio em que ela pode prosperar. A senzala e a escola são pólos que se repelem.”⁸

Esse elemento associado ao momento singular que se constitui a juventude do indivíduo faz com que o discurso revolucionário lhe caia como uma luva. Nas mais diversas ocasiões os estudantes estão ligados aos posicionamentos mais radicais de sua época. Do liberalismo do século XIX ao socialismo revolucionário do século XX.

De forma definitiva a análise do movimento estudantil pode ajudar a esclarecer diversos aspectos políticos da sociedade brasileira atual, em primeiro lugar pelo fato de os estudantes não serem uma classe social em si, são na verdade uma parcela da juventude brasileira e, portanto no seu interior estão estudantes de todas as origens sociais, pobres e ricos, assim a

⁸ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes 2000. 2º ed.

sociedade brasileira se reflete em sua juventude, e suas práticas e experiências políticas da mesma forma se fazem presentes no movimento político desenvolvido pelos estudantes, compreendendo um esclarece-se um pouco mais do outro, pois um é parte integrante do outro.

Dessa forma uma outra característica importante do movimento estudantil diz respeito ao seu caráter de centro formador de uma parcela importante dos principais quadros políticos da nação, em especial para a esquerda brasileira contemporânea. Nota-se que as principais lideranças dos partidos de esquerda da atualidade ou tem sua origem no movimento sindical ou no movimento estudantil, tal constatação torna evidente a importância do tema e a necessidade de um aprofundamento da análise do movimento estudantil como algo que se comunica com a política nacional em todas as suas dimensões, sobretudo a política institucionalizada.

Faz-se, portanto necessário realizar a definição de alguns conceitos através dos quais poderemos delimitar de maneira mais precisa as questões relativas ao tema, dessa forma o próprio termo movimento estudantil precisa de uma definição, e para essa pesquisa será então visto como aquele movimento feito por estudantes, vinculado de alguma forma a realidade educacional do país e com demandas e reivindicações acerca de questões ligadas à educação em todos os seus níveis, portanto o movimento estudantil se insere no meio das lutas da juventude brasileira sem, no entanto, ser o representante da totalidade dessa juventude, pelo fato de se vincular as questões que são originadas no dia a dia do sistema educacional brasileiro. Logo os movimentos de juventude são mais amplos que o movimento estudantil, podem, por exemplo, abarcar lutas específicas da juventude trabalhadora, dos jovens que enfrentam reclusão nos centros penitenciários, ou ainda dos movimentos culturais que se desenvolvem longe do ambiente escolar e acadêmico do qual o Hip Hop talvez seja uma de suas maiores expressões dos dias de hoje. Sem dúvida nenhuma existe uma enorme comunicação entre os movimentos de juventude e o movimento estudantil, embora pareçam ser a mesma coisa por acreditarmos que todo jovem está necessariamente ligado a uma instituição de ensino e, portanto, suas demandas são na verdade demandas estudantis.

Acontece que esse é o Brasil, e aqui nem todos os jovens tem acesso ao ensino formal, ainda mais ao ensino universitário, local onde se desenvolve o

movimento estudantil que serve de cenário para esse estudo, onde a realidade é a exclusão da maioria.

O envolvimento político da juventude brasileira é, portanto, anterior a construção das primeiras faculdades e universidades. Já no período colonial sua força se fez sentir.

A primeira manifestação juvenil registrada pela história brasileira ocorre ainda no período colonial, em setembro de 1710, quando da invasão que mais de mil soldados franceses, sob o comando de Jean François Duclerc, empreendem no Rio de Janeiro. Depois de conseguir penetrar na cidade, aparentemente desguarnecida e deserta, a expedição estrangeira sofreu sua primeira decepção quando a altura da Rua Direita, "uma alta grita de cólera e incitamento ao combate atroou aos ares". O que se seguiu, segundo a descrição de Bilac, foi mais ou menos o seguinte: "...viram (os franceses), defendendo o caminho, uma multidão de moços que os esperavam a pé firme. Não havia uma farda nas suas fileiras. Todas as fardas estavam ainda no campo do rosário cercado o governador (Francisco de Castro Morais), que hesitava e vacilava, sem se resolver a cortar o passo dos invasores. Os que guardavam a Rua Direita eram todos moços. Quantos? Quatrocentos ou quinhentos, se tanto. Desiguais, nas armas, como no vestuário, tinham se reunido às pressas, ao acaso. Cada um apanhava a primeira arma que encontrava a mão. Eram quase todos estudantes... E antes que Duclerc desse o sinal de ataque, já eles o atacavam, de surpresa, arrojando-se irrefletidamente. Possuíam apenas uma ou outra espingarda. Por isso mesmo apressaram o ataque, que se fez a arma branca, com uma bravura que os impelia o desespero. Os franceses mal puderam resistir ao primeiro choque"⁹. Ainda de acordo com Bilac,

...acossada pelos estudantes vitoriosos", a expedição invasora se refugiou no chamado Trapiche da cidade, onde ficou encurralada e se viu obrigada a capitular. Duclerc desempenhou assim o papel de primeira presa de guerra dos estudantes brasileiros, tendo permanecido nessa condição até 18 de março de 1711, quando foi assassinado na casa em que estava detido, na atual Rua da Quitanda, por dois homens embuçados.¹⁰

⁹ BILAC, Olavo. *Cantos Pátrios*, p. 117-125, in: POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Prefácio de Antônio Houaiss, pg 21. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. pg. 54.

¹⁰ Ibid.,

Podemos perceber então que a participação política da juventude brasileira é antiga e tem suas manifestações já nos primeiros anos da colônia, mas sempre ao redor de questões mais amplas, como a luta dos estudantes relatadas na passagem acima contra a invasão francesa. Dessa forma durante a história do Brasil a juventude e os estudantes se engajaram em todos os fatos de principal envergadura, no entanto nenhuma entidade de representação permanente estudantil como tampouco juvenis foram constituídas. Tal fato se dá em razão das lutas serem mais amplas, e abarcarem a sociedade como um todo, na luta contra as invasões estrangeiras, como relato anterior ou contra a colonização portuguesa e pela independência, pela abolição da escravidão e pela proclamação da república, apesar de esses episódios serem de restrita participação popular, devemos levar em consideração que o fato de ser estudante, ou mesmo de ter disponibilidade e acesso a qualquer participação política significava necessariamente ser a juventude da elite brasileira. Posto que o restante da população vivia uma realidade que ia da escravidão ao trabalho rural em regime de parceria, como agregados, diaristas, enfim a realidade daqueles que não são os latifundiários em um país agroexportador e até recentemente escravocrata. Tal elemento pode parecer contraditório, ou seja, os filhos das elites se rebelando contra as estruturas sócio econômicas que enriqueceram seus pais, no entanto essa contradição permeia nossa história, segundo o sociólogo José de Souza Martins;

“Os estudiosos não analisaram ainda as contradições e as lições desse fato. Mas, aparentemente, ele se inscreve em uma larga tradição histórica, no Brasil: as grandes reformas sociais, como a abolição da escravatura, foram propostas pelos representantes do pensamento radical, os liberais, mas postas em prática pelos conservadores; ou como a proclamação da República, proposta pelos radicais da época e consumada, contra eles, pelos militares, na verdade herdeiros da tendência centralizadora, profundamente presente nas contradições do Estado brasileiro, e oriundas do absolutismo monárquico, em cuja crise esse Estado foi gerado. Esse jogo político, envolvendo tendências opostas, responde pelo modo contido como as reformas sociais e políticas são concretizadas no Brasil. Além do que, seus executores são quase sempre seus inimigos. O que talvez explique por que decisões políticas fundamentais ganhem forma legal até sem grande dificuldade, mas emperrem justamente na aplicação, vitimadas e”. esvaziadas pela conduta conspirativa de uma

*burocracia pública que ainda predominantemente a partir das orientações pessoais dos chefes políticos e não a partir da impessoalidade pressuposta no cumprimento da lei por parte do empregado público. A questão, portanto, não é a de aprovar leis avançadas, mas assegurar que elas não serão executadas, ou não serão executadas contra os interesses dos que as aprovaram.*¹¹

Portanto, podemos perceber que no Brasil as transformações acontecem através de uma intrincada rede de relações que não podem ser entendidas apenas como manifestação do choque entre duas classes sociais antagônicas, por aqui as elas ocorrem motivadas por inúmeros fatores, e às vezes inconfessáveis interesses. Fruto de uma sociedade aristocrática, tal comportamento é sem dúvida uma herança perversa do passado colonial e se manifesta ainda hoje na prática personalista que sobrevive no dia a dia política em todas suas instâncias no decorrer do tempo.

Tal cultura política também vai se refletir no movimento estudantil, práticas autoritárias, ou oportunistas não são raras. Apesar do discurso moralizador, é fato comum, entre as entidades representativas dos estudantes, prestações de contas muitas vezes inexistentes, ou mesmo o desvio de recursos das entidades para fins outros, alheios ao interesse do movimento, ou mesmo dos estudantes. Ou seja, tudo aquilo que existe na sociedade brasileira existe no meio dos estudantes.

No início do século XX, a comunicação entre as demandas dos operários e dos estudantes, bem como a colaboração dos mesmos em lutas conjuntas não ocorria, pelo contrário, existem registros de situações em que líderes estudantis chegaram a denunciar movimentos de trabalhadores que preparavam uma greve, evidenciando dessa forma uma postura conservadora que mostra o caráter contraditório do movimento estudantil realizado no período anterior a construção da UNE.

“Paulo Nogueira Filho, fonte indispensável para o estudo do desinteresse da juventude do seu tempo pelo movimento operário, pinta o fenômeno com realismo: “Ouvi contar mais de uma vez, que, no princípio do segundo semestre de 1917, os operários na preparação de um gigantesco movimento grevista, procuraram elementos jovens que se tinham como líderes. Buscavam os trabalhadores, se não a adesão, ao menos uma declarada

¹¹ MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso*. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo, Editora Hucitec. 1994. Pg. 48 e 49.

*simpatia dos estudantes às suas reivindicações. Ao que consta, um dos moços, assustado com a envergadura do planejado movimento, pediu a seu progenitor, personagem de alto prestígio, que alertasse o governo do Estado sobre os perigos de que estava ameaçada a cidade de São Paulo.*¹²

Observa-se que nesse momento os estudantes não se mostram aliados aos operários, pelo contrário, evidenciando sua origem social, chegam mesmo a se mobilizar algumas vezes, contra os movimentos operários do início do século XX.

*“Durante a greve, que foi geral mesmo, paralisando 70 mil trabalhadores, houve estudantes da Faculdade de Direito que chegaram a se oferecer para substituir os motorneiros grevistas. Apesar da disposição estudantil para a redução dos efeitos da greve, as autoridades não puderam escapar ao atendimento de uma parcela das reivindicações dos trabalhadores. São Paulo já “não podia parar”. Fizeram-no, todavia, concomitantemente à repressão, com o fechamento das organizações operárias e a prisão dos líderes grevistas. “Diante disso” – pergunta Nogueira Filho -, “que fizeram os mocinhos da Faculdade de Direito, aspirantes à liderança nacional? Entraram em contato com os condutores do proletariado? Em suas Arengas, nas organizações que militavam, em seus conciliábulos conosco, os estudantes mias moços focalizaram, porventura, problemas sociais como estes que sacudiam nossa terra? Propuseram-se, ao menos, a estudá-los seriamente? Nada! Não tugiram, nem mugiram. Ignorância larval? Espírito de classe? Não sei.”*¹³

O movimento estudantil brasileiro, não pode ser encarado como um movimento de classe, pois o mesmo não pode se constituir como tal dentro da sociedade capitalista e, portanto, ao contrário do que querem muitos militantes não existe ação de classe desenvolvida pelo movimento estudantil, caso acreditemos nisso, o que seria um equívoco, uma possibilidade se apresenta como real: a possibilidade do movimento estudantil ser utilizado como uma ferramenta da burguesia para a preparação de suas novas lideranças, no exemplo citado por Eloy Pontes, é fácil constatar que se há postura de classe na ação do estudante universitário dos primeiros anos da república, tal postura não é aquela idealizada por alguns intelectuais. É uma postura que denuncia,

¹² PONTES, Eloy. *A Vida Exuberante de Olavo Bilac*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. 2 v.

¹³ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. pg 105. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.73.

desde cedo, a face modernizadora – conservadora da elite tupiniquim, progresso com manutenção da ordem, ou vice versa.

O movimento estudantil do período anterior à construção da UNE, tem, portanto, características bem pontuais, o mesmo é primeiramente formado pelos filhos da elite letrada, e costumava se engajar em lutas de caráter geral, como a luta pela abolição da escravidão, largamente desenvolvida com uma massiva participação dos estudantes do período, ou a campanha pela proclamação da república, no entanto essas lutas ao se fazerem vitoriosas, conduziam a um movimento de refluxo no processo de mobilização dos estudantes, tal processo explica os picos de agitação do período entre o fim do século XIX e início do XX, seguido do marasmo que se instalou na primeira república, somente abalado pelo movimento tenentista, oriundo das escolas militares, onde a rebelião dos estudantes fermentou e cresceu até a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

Já em 1932 os estudantes de São Paulo engrossaram as fileiras do Movimento Constitucionalista, se destacaram bravamente de armas em punho nessa guerra civil que se desenrolou nos primeiros anos da era Vargas, mais uma vez o movimento estudantil se mostra desligado do movimento operário, esse fenômeno foi inclusive notado pelas forças federais que no desenrolar da guerra procuraram tirar proveito da situação, de acordo com Poerner, o Movimento Constitucionalista de São Paulo ou, como querem alguns, a Revolução Constitucionalista, a Guerra Cívica de 1932, ou simplesmente conforme o título do livro de Hélio Silva, A Guerra Paulista, representou a primeira prova de fogo a que foi submetido o poder de Getúlio Vargas nos seus 15 anos de governo. Movimento conduzido, sobretudo, pela classe média paulista em ascensão, que empunhou como bandeira, a luta pela autonomia do Estado e pela constitucionalização da Federação, teria que abrigar em suas fileiras, forçosamente, pelo seu próprio caráter de classe, a mocidade universitária de São Paulo.

Quanto a sua composição social, o Movimento Constitucionalista acentua, com nitidez ainda maior, a dissociação operário-estudantil verificada, na prática, em julho de 1917, quando das greves dos trabalhadores paulistas. Nestas, que tiveram seu ápice de 12 a 16 daquele mês, os estudantes não se sensibilizaram nem mesmo quando o movimento chefiado por um anarquista, o

jornalista Edgard Leuerth – se estendeu a outras cidades paulistas (Santos, Campinas Americana) e a inúmeros pontos do país, como o Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul. Assim enquanto a juventude estudantil torceu o nariz ao importante movimento grevista – a primeira greve brasileira de caráter nacional e de participação de massas –, os trabalhadores não participaram do Movimento Constitucionalista, em que os estudantes tanto se destacaram desde os primórdios da luta. Em 1932, o governo central tentou inclusive, explorar esse fenômeno, concitando o operariado a se levantar contra o movimento. Aviões chegaram a despejar sobre São Paulo toneladas de panfletos, que estimulavam os trabalhadores à resistência.

Obviamente que depois de debelado o enfrentamento armado, com a derrota dos Constitucionalistas, o movimento estudantil entrou em nova fase de desmobilização. Durante a fase de recrutamento para a batalha uma entidade de caráter secreto foi fundada, a MMDC, em sua sigla estão as iniciais dos nomes de quatro estudantes mortos durante os protestos e enfrentamentos com a polícia, Euclides Miragaia (21 anos), Mário Martins (21 anos), Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Américo de Camargo (ambos com 21 anos), tombaram ao contrapor as forças policiais na tentativa de tomar a sede do Partido Popular Paulista.

A cena da empreitada frustrada foi descrita por Nogueira Filho,

... Os estudantes tomaram a iniciativa. Sem comandantes, o instinto coletivo inspirava as ações. Os combatentes dividem-se. Uma turma mantém o cerco à cidadela da ex-Legião; outra corre ao centro em busca de munições... Voltam os moços armados e municionados. Intensifica-se o tiroteio, entremeado pelos estampidos mais fortes, produzidos por granadas de mão. Caem os primeiros feridos; mas o numero de atacantes aumenta... Dois grupos destacam-se com inaudito destemor: um trazia escadas, com as quais, lembrando os assédios medievais, tentava escalar as muralhas da fortaleza. O acadêmico Mário Martins de Almeida, conseguindo chegar ao alto de uma das escadas, bem perto do baluarte sitiado, é atingido em cheio. Cai, sendo, a duras penas, levado até a Praça da República, onde chega sem vida. Nada importava aos moços. Outros tombam a os acadêmicos de Medicina os socorrem, enquanto o segundo grupo se apresenta para nova e ousada

*investida: com latas e garrafas de gasolina, tentam incendiar o". reduto que resiste... São repelidos. Retiram-se impotentes...*¹⁴

Com esse combate tombaram aqueles que deram nome a uma das primeiras organizações estudantis do Brasil, mas novamente a luta era mais ampla, não necessariamente estudantil, nesse caso a MMDC lutava por uma constituição para o país e maior autonomia para São Paulo, logo assim que a guerra terminou levou junto consigo a entidade que havia sido criada para alistar os jovens.

Não foi possível aos estudantes brasileiros de então construir uma entidade representativa de caráter nacional e permanente, todas as tentativas resultaram em entidades localizadas e de duração efêmera. Em parte devido à grande dificuldade de identificar bandeiras próprias dos estudantes, e também pela grande dificuldade de comunicação entre os estudantes de um país tão grande. E, somado a tudo isso uma constatação inevitável: o reduzido número de estabelecimento de ensino superior, em sua grande parte particular e sua concentração na região sudeste. Dessa forma, encontrava-se limitadas as chances do acesso ao ensino, e por consequência reduzia-se ainda mais o número de estudantes que se dedicavam às causas sociais, ou seja, daqueles que participavam do movimento estudantil.

*"Os dois males minaram todas as tentativas de dar organicidade ao movimento estudantil, só permitindo o funcionamento regular de entidades cujo raio de ação raramente ultrapassa o limite dos muros da faculdade em que tinham sede, tais como os grêmios e os centros acadêmicos, ou as associações e agrupamentos de caráter específico. Nesse último grupo se incluíam as associações de caráter quase exclusivamente literário ou artístico".*¹⁵

De modo geral, podemos dizer que o movimento estudantil do período anterior a criação da UNE possuía um perfil político nacionalista, positivista e liberal formado nas escolas militares e nas faculdades de direito, medicina e engenharia da República Velha, pelas razões já explicitadas, como sua origem social, constituição sócio-cultural e acadêmica, realizada em instituições que foram formadas ou reformadas para fortalecer o ideal republicano, de sorte

¹⁴ NOGUEIRA FILHO, Paulo. *O Partido Democrático e a Revolução de 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. 2v.

¹⁵ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 120.

que, toda a argumentação teórica que embasa a república moderna estão presentes nas mentes e corações dos estudantes daquele período.

Outras correntes de pensamento, tendências ou associações estavam presentes dentro de dia a dia dos estudantes é bem verdade, porém, sua influência e ação se via confinada aos espaços das instituições de ensino nas quais estavam matriculados seus integrantes.

“Os agrupamentos restritos a determinada corrente política, como a Juventude Comunista, a FVF (Federação Vermelha dos Estudantes) e a Juventude Integralista; os pequenos grupos ou facções, verdadeiras panelinhas com pretensões à aristocracia estudantil, como o Grupo da Chave e o Grupo do Estado ou dos Mesquita, em São Paulo; as sociedades secretas de tipo maçônico e caráter assistencial, como a Bucha, em São Paulo, e uma versão pernambucana da Tugendbund (Liga da Virtude) alemã”.¹⁶

Não se trata, portanto, de estabelecer julgamentos sobre as origens do movimento estudantil, mas sim de esclarecer alguns pontos que possibilitem a análise mais aprofundada e menos passional, das questões ligadas à política estudantil e sua comunicação com os outros setores da sociedade brasileira. Em especial construir uma análise da atuação da UNE no contemporâneo.

É de extrema importância esse retorno às origens do movimento, não apenas como uma curiosidade, pois o termo origem segundo Marc Bloch, significa mais do que início das coisas,

“Significa simplesmente começo? Isso seria quase claro. Com a ressalva, entretanto, de que, para a maioria das realidades históricas, a própria noção desse ponto inicial permanece singularmente fugaz. Caso de definição provavelmente. De uma definição que (infelizmente) esquece-se muito facilmente de fornecer... Para um vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambigüidade; aí mora o perigo.”¹⁷

Não se deve entre os historiadores promover o culto às origens como alerta Marc Bloch, no entanto o conhecimento das origens podem acrescentar um luzes sobre lacunas e aspectos que por desconhecimento, as vezes são preenchidos com suposições e senso-comum. A análise, portanto da fundação

¹⁶ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p.124.

¹⁷ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed, 2001. p 56.

da UNE em 1937, é, portanto, um elemento fundamental para a investigação histórica da sua ação nos dias que correm.

A Fundação da União Nacional do Estudante

A construção de um movimento nacional e de caráter permanente só se tornou possível após um avanço do posicionamento político dos estudantes, tanto no tocante a suas relações com os demais movimentos sociais, em especial o operário, como na definição de suas próprias bandeiras de luta.

Gradativamente as lideranças estudantis se convenceram que a mudança da realidade educacional era na verdade indissociável da transformação social mais ampla, logo, uma aproximação mais efetiva começou a se processar entre o movimento estudantil e o movimento operário. Por outro lado, a experiência mostrou que, ao passo que os estudantes se aglutinavam ao redor de mobilizações mais gerais suas organizações adquiriam caráter eminentemente transitório. Portanto, o caminho começa a se desenhar de forma sutil: não pode ser dissociado dos demais movimentos sociais, e, no entanto, era necessário “comprar suas próprias brigas”.

Antes da criação da UNE, outras entidades tentaram se organizar a nível Nacional, porém,

*Baldadas haviam sido todas as tentativas de organização nacional do movimento, entre as quais o 1º Congresso Nacional de Estudantes, realizado em São Paulo, em 1910, e a campanha por uma Federação de Estudantes Brasileiros, lançada em 1924, através de A Época, revista dos acadêmicos da Faculdade Nacional de Direito, impressionados com o estágio de organização já logrado, pelo movimento estudantil argentino.*¹⁸

A necessidade de uma representação a nível nacional do movimento estudantil fez com que as principais lideranças comessem a se organizar, naquele momento as relações com o movimento operário já eram mais intensas, em especial com a ala comunista. Após os primeiros momentos de afastamento que duraram até por volta de 1932, os estudantes passaram se aproximar dos

¹⁸ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 120.

trabalhadores, o Brasil vivia a polarização política gerada pelo contexto pré-Segunda Guerra Mundial, logo os estudantes ao se indisporerem com o Fascismo, e sua versão nacional: o Integralismo aproximavam-se da esquerda, em especial do Partido Comunista, já em 1937, grande parte do movimento estudantil participa da campanha de José Américo para a presidência da república,

“...os estudantes realizaram comícios – relâmpago da Aliança Nacional Libertadora, que criaram com operários em março sob a orientação do PCB, são espancados e bastante machucados, no dia 23 de agosto, pela polícia que os acusa de extremistas.”¹⁹

O candidato acreditou que podia mesmo vencer e se lançou de corpo e alma na campanha que encontrou forte repercussão popular. Nas ruas e nos comícios a luta era pra valer.

“Os estudantes também acreditaram na candidatura de José Américo, cujos discursos chegavam mesmo a ser considerados subversivos, e como sempre ocorreu antes da criação da UNE – fundaram uma organização que teria vida efêmera, destinada que era, especificamente, a participar da campanha: A Frente Democrática da Mocidade, na qual muitos se empenharam por serem também nordestinos. De caráter antifascista, a entidade, sob a chefia do estudante Antônio Franca (mais tarde, ao que consta, pacífico comerciante no Recife)...

A Frente representou, ademais, o esboço de formação orgânica que receberia contornos definitivos, pouco depois, com o surgimento da UNE, de cuja fundação o próprio Antônio Franca participaria. A Frente não superaria, entretanto, a esporadicidade do episódio que a engendrou: com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, pelo qual Vargas instaurou o Estado Novo, cancelando as eleições presidenciais, morreu a Frente Democrática da Mocidade.”²⁰

Essa eleição não chegou a ser disputada, no entanto a participação dos estudantes nela foi fundamental para o processo de construção da UNE, pois, em primeiro lugar rompeu o isolamento entre o movimento estudantil e os demais movimentos sociais, além disso, permitiu na dinâmica da campanha o estabelecimento de novos contatos em varias partes do país, e em função da

¹⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 agosto de 1935.

²⁰ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 116.

proximidade com a Juventude Comunista, o movimento estudantil passa a se identificar, cada vez mais, com o discurso e as práticas da esquerda, influenciando e sendo influenciado, por essa mesma esquerda. Essa relação entre o movimento estudantil e a esquerda é uma de suas características mais marcantes, durante toda a história da UNE somente uma vez a direção foi ocupada por um grupo político aliado às forças conservadoras, o restante do tempo “só deu vermelhinho”.

A UNE nasce em 13 de agosto de 1937, no interior da Casa do Estudante do Brasil no Rio de Janeiro, que então era a capital Federal.

*Fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor dessa participação ao longo da nossa história.*²¹

Seu nascimento, no entanto, se deu em um local ao mesmo tempo necessário e inóspito. A Casa do Estudante do Brasil, essa entidade assistencial dedicava-se ao encaminhamento dos recém-formados ao mercado de trabalho e auxílio ao estudante durante o tempo de faculdade. Tudo nos moldes do clientelismo e assistencialismo característicos do período em que nasceu, o momento histórico que ficou conhecido como *República do café-com-leite*.

A UNE nasceu na Casa do Estudante do Brasil, entidade simpática ao poder público, onde o Conselho Nacional de Estudantes, depois de solenemente instalado pelo ministro da Educação, efetuou, no dia 12, a sua primeira sessão ordinária, dirigida pela presidente vitalícia e fundadora da Casa, Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça, poeta, socialite e mulher do historiador e famoso goleiro do Fluminense e da seleção Marcos Carneiro de Mendonça. Dois detalhes nos dão idéia do clima de bem-aventurança que predominou nessa reunião inicial: 1) o encontro foi encerrado com um chocolate oferecido pela União Universitária Feminina aos delegados dos estados que se fizeram representar (São Paulo, Ceará, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais); 2) aprovou-se logo de saída, um

²¹ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.119.

*proposta do representante do Diretório Central de Estudantes de Minas Gerais, proibindo, expressamente, a discussão de temas políticos.*²²

A UNE nasceu durante o Estado Novo, momento singular da História, em que o Brasil se preparou e participou da Segunda Guerra, tal cenário gerava o clima político propício para o fortalecimento do nacionalismo, e aumento do clamor pelo desenvolvimento industrial do país, incentivado pelos discursos de Getúlio e os *Cines Jornais* do D.I.P. (Departamento de Imprensa e Propaganda).

A União Nacional dos Estudantes já no seu nascimento adotou posturas políticas que traçaram o perfil e forjaram a ação da entidade, a UNE se engajou na campanha pela criação da Petrobrás, a famosa campanha: *O Petróleo é Nosso!* E em todas as campanhas congêneres, desde então.

Evidenciam-se assim, alguns pontos interessantes para a reflexão sobre a real identidade da UNE, sobretudo no que tocante ao seu surgimento, não devemos promover um culto às origens, tendo apenas na gênese dos elementos, plena confiança para realizar uma análise histórica, pois na medida em o tempo passa as dinâmicas do dia-a-dia transformam e alteram os rumos dos indivíduos, das sociedades, dos estados, e em especial das forças que atuam no fluido campo da política. No entanto, diversas características da origem de tudo, desde o elemento mais simples aos organismos mais complexos, em todas as sociedades e culturas humanas se mantém. Enquanto existirem, carregarão em si aquilo que adquiriram em sua gênese, pois quando todas essas características originais não são mais notadas, o organismo ou a sociedade se transformou em outro ou simplesmente desapareceu como tal.

De acordo com esse posicionamento Marc Bloch cita o provérbio árabe que ilustra bem a relação da humanidade com o tempo: “*Os homens se parecem mais com seu tempo, que com seus pais.*” Ou seja, o tempo em que os homens, e suas criações, em especial no campo coletivo, existem, são determinantes para a construção de suas práticas e contradições, das escolhas que fez, e ou, faz.

Portanto, uma entidade nascida às vésperas de uma ditadura militar, abrigada dentro de uma outra, a Casa do Estudante, que era então

²² Ibid., p.120.

subvencionada pelos cofres públicos, e com uma presidente fundadora, em caráter vitalício, que foi agraciada com a presença do ministro da Educação da época, senhor Gustavo Capanema, que presidiu a sessão de abertura do 1º Conselho Nacional de Estudantes. Tal elemento evidencia por si só, no mínimo, uma enorme boa vontade e interesse do Estado Novo para com essa nova organização de estudantes. Ainda mais uma que pretendia ser de caráter nacional.

Cabe lembrar que era um tempo de prisões e torturas, de perseguição feroz aos militantes comunistas e socialistas, o próprio Estado Novo foi criado em uma manobra política anticomunista, episódio famoso, em que a polícia secreta de Vargas, supostamente “encontrou” planos de uma grande insurreição popular, o Plano Cohen. Tal artifício serviu para justificar a instalação de um regime de exceção que durou até 1945.

Que tipo de entidade seria tolerado pelo governo Vargas nesse momento? Por que a UNE apesar de sua proximidade com a Juventude Comunista, ao invés de ser combatida, foi apoiada e nos primeiros momentos foi inclusive incubada dentro da Casa do Estudante?

Tal situação se tornou possível por inúmeros fatores, entre eles cabe destaque para dois: em primeiro lugar, é sempre bom pensar na realidade do ensino superior daquele momento, de forma que uma coisa fica bem clara, a origem de classe. Ainda estamos em um momento da história do Brasil em que estudar ainda constituía um verdadeiro privilégio. Logo, o fato de serem em sua grande maioria “moços e moças de boas famílias”, sempre garantiu ao movimento estudantil uma certa complacência do poder público. Mas sem dúvida um dos principais fatores é aquele que liga as primeiras bandeiras da UNE ao getulismo. Ou seja, esse era o momento em que Vargas inicia seu projeto de “nacionalização” do Brasil, onde se buscou criar uma integração maior entre as regiões do país, aliado ao desejo de desenvolvimento industrial da nação. Assim quando a UNE surge, e mostra suas ambições com relação ao modelo de educação superior instalado, e essas ambições são antes de tudo operáveis dentro do campo governamental, sem nenhum tipo de proposta de ruptura, ou discurso revolucionário, ou mesmo de insurreição popular, pelo menos no que tange à postura oficial da entidade, quando a UNE surge, suas bandeiras de certa forma se confundem com as do Estado Novo, e a principal

delas garante o nascimento tranqüilo: a luta pela reforma do ensino universitário no Brasil.

“O presidente Vargas manifestou especial interesse pelos estatutos da organização, ao receber em audiência os delegados estaduais, que aproveitaram a oportunidade para, através do cearense Sá Cavalcanti, solicitar o reconhecimento presidencial do Conselho, como “único órgão representante oficial dos estudantes do Brasil”.²³

A UNE nasce em agosto de 1937, apenas 90 dias depois ocorre o fechamento político que deu início ao Estado Novo.

A caça aos comunistas foi usada como pretexto para o Golpe, e no ano seguinte a UNE realizou, sem nenhum problema ou atropelo, na capital federal da época, o Rio de Janeiro, seu segundo Congresso Nacional, na Casa do Estudante do Brasil. Ou seja, com apoio oficial.

“Ao contrário do que houvera um ano antes, o 2º Congresso adquiriu uma conotação política desde a primeira plenária, no dia 9, nas Escola Nacional de Belas Artes, embora não se pudesse registrar um cunho propriamente antigovernamental. O presidente Vargas, a despeito do Estado Novo, foi aclamado presidente de honra do conclave, enquanto os interventores estaduais recebiam o título de componentes da Comissão de Honra e os Ministros de Estado e reitores, o de membros honorários”.²⁴

Esse Conselho Nacional elegeu a nova diretoria da UNE e em caráter oficial determinou a primeira tarefa a nortear a ação da entidade à partir daquele momento, a luta pela reforma universitária.

“A primeira diretoria oficial da UNE sobraçava, ademais, um plano de reforma educacional, resumindo as conclusões do congresso sobre as dezenas de teses apresentadas e divididas em cinco partes, um das quais tratava do mais antigo e importante dos temas estritamente estudantis: a reforma universitária.”²⁵

Obviamente que a reforma que se procurava realizar naquele momento não era a mesma que hoje se encontra em discussão na sociedade brasileira, no entanto é possível perceber que a UNE além de nascer “abençoada” pelo governo Vargas, ao nascer se atribuiu à missão de lutar pela reforma

²³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 agosto de 1937.

²⁴ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 127.

²⁵ *Ibid.*, p. 131.

universitária, como tal objetivo ainda não foi atingido, mesmo nos dias atuais, a UNE permanece em atividade, pois desempenha um papel auxiliar junto aos governos ao fiscalizar e exigir melhorias no ensino superior brasileiro. A UNE é, portanto, um organismo reformista, nascido dentro da lei e da ordem, para ajudar a promover o progresso do ensino universitário no Brasil. Mais um elemento a evidenciar a força da “modernização conservadora” no interior de nossa sociedade.

A União Nacional do Estudante nasceu na mesma época da Petrobrás, da Vale do Rio Doce, da CSN e da Hora do Brasil.

Da Fundação até o Golpe Militar de 1964

Assim que foi fundada, a UNE se dedicou a arregimentar apoio para as tropas brasileiras em guerra contra o Eixo, na frente italiana, esse enfrentamento era esperado desde de as primeiras hostilidades entre Integralistas e Comunistas no início dos anos trinta. Agora com a guerra a UNE realiza passeatas, doações de sangue e arrecadação de fundos para a aquisição de material bélico para as forças armadas. E por consequência o movimento estudantil, e a UNE, crescem em influência e prestígio. Os estudantes se mobilizaram para guerra e diversas frentes,

“Com esse objetivo, criou-se uma Secretaria de Defesa Nacional (integrada, entre outros, por Luis Aranha Maciel e o futuro jornalista Augusto Vilas-Boas), que se incumbiu da organização do combate à quinta-coluna, em colaboração com o chefe de Polícia, coronel Alcides Etchgoyen, além de patrocinar uma Campanha Pró-Aviões, que arrecadou 270 mil cruzeiros, com os quais a UNE doou três aviões de treinamento médio às autoridades militares.”²⁶

Esse período rendeu bons frutos para a entidade, em uma ação que contou com o apoio das autoridades as lideranças da UNE ocuparam a sede do Clube Germânia, antigo local de encontro da comunidade alemã, na praia do Flamengo, tal façanha foi realizada no dia 18 de agosto de 1942, e se deu

²⁶POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p 154.

após um despacho favorável do presidente ao pedido realizado pela direção da UNE para ali instalar sua sede e de outras entidades congêneres.

Esse momento produziu um grande surto de mobilização popular e em especial, os estudantes apareciam como a linha de frente dessa época, tal mobilização tornou possível um momento de unidade dentro do movimento estudantil, que com um inimigo externo e visível: o nazi-facismo passou então, a se aglutinar ao redor de bandeiras de lutas comuns. A participação brasileira no front e redemocratização do país. Essas eram as palavras de ordem.

Tal posicionamento foi bem recebido pelo governo, sobretudo no tocante à campanha cívica desenvolvida pela UNE junto aos estudantes e à população, porém, o governo pretendia realizar a mobilização através de uma outra organização que seguisse o modelo criado por Mussolini, a Juventude Fascista Italiana, para a mesma tarefa. Pois os órgãos do governo sabiam perfeitamente da proximidade da UNE com o PCB e com a esquerda brasileira.

Dessa forma, a UNE se viu diante de uma grave crise, pois em 1º de abril de 1943,

“...o ministro baixou a portaria 255, que instituía a Juventude Brasileira, a instalava na sede da UNE, nomeava o então major Jair Dantas Ribeiro (que seria ministro da Guerra de João Goulart) seu secretário-geral e entregava a este a administração do prédio, autorizando-o a permitir, se quisesse, que a UNE compartilhasse da instalações”.²⁷

Pelo decreto a sede ocupada passava ao controle da Juventude Brasileira e a UNE ficava “morando de favor” no casarão da Praia do Flamengo. Tal decisão do ministro da Educação causou enorme descontentamento entre as lideranças da UNE, seu presidente, Hélio de Almeida, renunciou ao cargo devido à sua proximidade com Gustavo Capanema, pois o mesmo agia como fiador da palavra do ministro entre os estudantes. Pressionado e impressionado com o descontentamento gerado pela medida, o ministério da educação demonstrou a intensão de flexibilizar a portaria que criava a Juventude Brasileira, devolvendo a administração do prédio para a UNE, desde que Hélio Almeida não voltasse à presidência.

²⁷POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p 154.

Mesmo a contragosto o acordo foi fechado, e o Brasil ficou sem sua Juventude Fascista com patrocínio estatal.

Tal episódio estremeceu a relação da UNE com o governo de Getúlio Vargas, e após a Guerra a UNE volta às ruas exigindo a redemocratização do país.

*“Em março de 1945, com a vitória assegurada no plano externo pelos aliados, os estudantes resolveram cuidar do plano nacional, indo às ruas em campanha pela anistia. A censura já estava rompida desde fevereiro, quando o Correio da Manhã publicara, corajosamente, a entrevista que José Américo de Almeida – candidato presidencial frustrado pela não realização das eleições previstas para 1938 – havia concedido ao então repórter Carlos Lacerda”.*²⁸

A partir desse momento as mobilizações cresceram em volume e intensidade, com isso a UNE despertou a ira das autoridades ligadas ao getulismo, que passaram a reprimir violentamente as passeatas e manifestações pela democratização, tal cenário gerou a primeira baixa entre os estudantes do período.

*“No dia 5 de março, os estudantes prosseguiram a campanha iniciada pela democratização do país, como um comício pró-candidatura do brigadeiro Eduard Gomes, na Praça da Liberdade, no Recife, onde Etelvino Lins tinha assumido, na véspera, suas funções de interventor federal em Pernambuco. O novo interventor determinou a repressão violenta da manifestação, o que redundou na morte de Demócrito de Souza Filho, primeiro-secretário da União dos Estudantes de Pernambuco, que expirou ali mesmo, no palanque em que se sucediam os oradores, atingido por uma bala na testa”.*²⁹

A morte do jovem pernambucano lançou seus colegas de todo o país contra o Estado Novo, dessa vez de forma definitiva e impermeável a qualquer tipo de negociação.

Mais uma vez os estudantes e sociedade saíram vitoriosos, Vargas decretou a anistia política a todos os presos e perseguidos pelo regime. Tal elemento apesar de constituir uma vitória gerou a primeira divisão efetiva do movimento estudantil brasileiro.

Com a anistia Luís Carlos Prestes, presidente do PCB é libertado, e contrariando grande parte dos estudantes, declara apoio a Getúlio Vargas, tal

²⁸ Ibid.p.161.

²⁹ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 161.

fato produz uma divisão irremediável naquele momento. O PCB e Prestes consideravam as candidaturas militares de Eurico Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes reacionárias.

“A divisão levou a maioria dos estudantes para a recém-fundada União Democrática Nacional, ficando o restante na esquerda, liderada pelo Partido Comunista Brasileiro... Em julho de 1945, a UDN obteve seu primeiro êxito concreto no movimento estudantil, quando o Congresso da UNE conduziu à presidência da entidade o udenista José Bonifácio Coutinho Nogueira, que seria, em 1962, candidato ao governo de São Paulo. Note-se que a nova diretoria da UNE, apesar de constituída por estudantes arregimentados pela UDN, não era reacionária, uma vez que apenas divergia do apoio dado pelos mais esquerdistas, depois da anistia, ao presidente da República”.

Na divergência, a maioria estudantil udenista levou a melhor, em primeira instância, com a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945.³⁰

Após a deposição de Vargas e do governo provisório de José Linhares, uma onda de repressão policial se abateu sobre a UNE, sob o comando do Gal. Eurico Gaspar Dutra, esse período coincide com o domínio do Partido Socialista na direção da entidade que ocorreu entre 1947 e 1950, logo após a derrota da UDN.

Acontece que a esquerda no interior do estudantil encontrava-se definitivamente dividida e toda vez que isso ocorre a direita constrói suas vitórias. Assim em 1949, na eleição que ocorreu para a escolha da nova direção da União Metropolitana de Estudantes, no então distrito federal elegeu Paulo Egydio para presidente, abrindo dessa forma, o caminho para a ascensão direitista na UNE. No ano seguinte em 1950, em São Paulo, no Congresso Nacional de Estudantes, Egydio e seus companheiros conseguiram eleger o mineiro Olavo Jardim Campos, que com a “assessoria” de uma funcionária do governo norte americano iniciou a fase de controle político da UNE pelas forças conservadoras.

“Mas, quem mandou mesmo na UNE, em 1951, foi a estudante norte-americana Helen Rogers, enviada pelo Departamento de Estado, repartição cujo apoio fora solicitado por Paulo Egydio, que, como todos os líderes estudantis direitistas, viajava, freqüentemente, em busca de instruções, para os Estados Unidos. A ascensão direitista na UNE coincidiu assim, como, aliás, era

³⁰ Ibid., p. 162, 163.

de se esperar, com o início da infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro”.

*A fase de domínio direitista é a quarta da existência da UNE e vai de 1950 a 1956, abrangendo um interregno progressista de um ano. A essa fase corresponde, obviamente, um decréscimo na participação política estudantil, principalmente de 1952 a meados de 1954, período em que a apatia do movimento se viu agravada pelo surgimento do peleguismo universitário.*³¹

A recuperação da esquerda só vai se dar em 1956, tendo à frente da entidade a figura de José Batista de Oliveira, militante do Partido Socialista e ex-presidente da UME (União Metropolitana de Estudantes) onde dirigiu um movimento contra o aumento das passagens de bonde, tal movimento alcançou grande êxito, e alçou José Batista como nova liderança entre os estudantes.

Depois da eleição de José Batista, os estudantes conservadores (existe essa aberração que é a juventude conservadora) e direitista nunca mais recuperaram a presidência da UNE, que, desde então, continuou existindo e liderando o movimento estudantil, só tendo perdido mesmo a sede, incendiada pelos vitoriosos de 1º de Abril de 1964.

Em 1961 a Ação Popular (AP) criada no interior das comunidades de estudantes católicos é alçada à presidência da UNE através de Aldo Arantes, em um congresso realizado em Niterói, seu vice era Roberto Amaral, ligado ao PCB, futuro dirigente do PSB e ministro de Lula. A AP surgiu à partir de uma divergência entre a JUC (Juventude Universitária Católica) e a hierarquia da Igreja. Tal divergência era uma decorrência direta, do momento político latino-americano, que foi sacudido em 1959, pela Revolução Cubana. Logo, a partir de 1961 o discurso da UNE vai se radicalizando rapidamente, a palavra: revolução passa a fazer parte do vocabulário do movimento estudantil de forma freqüente.

Aldo Arantes, juntamente com Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, em 1961 deflagraram a Campanha da Legalidade, que empolgou a opinião pública brasileira, garantindo a posse de João Goulart, após a crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros. Despertando ainda mais

³¹ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 167.

a antipatia dos setores conservadores que queriam impedir a posse de Jango, esse sentimento vai aflorar mais tarde, no episódio do incêndio e depredação da Sede da UNE no dia do Golpe.

De 1961 a 1964 a UNE viveu um processo intenso de ebulição política, tal ebulição encontra seus elementos motivadores tanto no interior da realidade brasileira, como no cenário internacional, no plano interno as forças progressistas e conservadoras se enfrentavam com virulência, posicionamentos radicalizados, à direita e à esquerda, polarizavam cada vez mais a sociedade brasileira, tal cenário terá em abril de 64 seu ponto máximo, consubstanciando-se no golpe militar interrompeu esse processo e deu início a mais de duas décadas de ditadura militar no país.

Esse discurso revolucionário se traduzirá nas ações políticas e culturais desenvolvidas pela UNE que desse modo, cria modelos, de intervenção direta na realidade cotidiana da população, em especial no campo cultural, nesse momento surgem: os Teatros de Arena e o Teatro Oficina, o CPC (Centro Popular de Cultura) e outras inúmeras iniciativas, que tinham como um de seus objetivos principais: despertar a consciência crítica das massas, e por consequência prepará-las ideologicamente para o embate que viria, e veio em 64.

No campo da política estudantil, o clima estava cada vez mais inflamado, no congresso realizado na cidade de Petrópolis, em julho de 1962, no Hotel da Quitandinha, dá início a um grande movimento grevista, que se iniciou, tendo como bandeira a reivindicação de participação, nos conselhos e órgãos colegiados, das universidades, inclusive com direito a voz e voto na proporção de um terço. A famosa greve do Um Terço. Ao todo 23 universidades federais aderiram. O movimento evoluiu e se transformou em greve contra o Conselho Federal de Educação. Esse cenário demonstra o grau de acirramento da disputa política vivido no período.

“O sucesso inicial do movimento levou as lideranças a determinarem, por decisão unânime, o seu prosseguimento, já decorrido mais de um mês de sua deflagração, durante o 25º Congresso Nacional dos Estudantes, em julho de 1962, em Petrópolis, no Hotel Quitandinha. O congresso, que deveria eleger o sucessor de Arantes, foi atacado a tiros por militantes do Movimento

Anticomunista (MAC) e oficiais do Exército, que feriram dois estudantes. Foi a inauguração do terrorismo político no Brasil".³²

A aproximação da UNE com as correntes da esquerda era notório, em especial com o Partido Comunista Brasileiro e com a Ação Popular, e ao mesmo passo que, o movimento estudantil fervia, fervia também a política nacional de modo geral, rumores d golpe, denúncias, e escândalos, comícios, reformas, e muita polarização entre esquerda e direita, UNE participou ativamente dos episódios que antecederam o golpe militar de 1964, estava em pleno processo de mobilização.

José Serra é o estudante que após eleito no 26º Congresso da UNE, em Belo Horizonte está no comando da entidade na ocasião do golpe, durante sua gestão,

"A Une se engajou, a partir daí, de corpo e alma, em todas as questões políticas de relevância. Pode-se dizer até – forçando um pouco – que não havia problemas nacionais ou internacionais, que não justificasse um pronunciamento da entidade. Das resistências mais recônditas à anunciada reforma agrária ao racismo do apartheid sul africano, nada escapava ao crivo da UNE".³³

Talvez por esse envolvimento tenha causado a dispersão e confusão que estava presente no dia do golpe, o movimento encontrava-se já todo fragmentado em inúmeras tendências políticas, a entidade como que perdida, no olho do furacão, não conseguiu perceber claramente qual era o papel das forças armadas naquele momento. Tanto é, que se registrou, nos primeiros instantes, uma cena que demonstra bem esse quadro,

"Já habituados à idéia de que o Exército seria o garantidor das reformas exigidas pela estrutura arcaica do país, os estudantes custaram a perceber que os tanques se haviam voltado contra eles. Um panfleto distribuído à porta do Clube Militar anunciara a chegada das tropas na Cinelândia e isso bastava para que a mocidade se considerasse protegida. No aqodamento próprio da época, ninguém lera a íntegra do texto, que falava, também, "na defesa da propriedade privada", "no perigo vermelho", na "família ocidental-cristã ameaçada" e noutras coisas semelhantes.

³² GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 251.

³³ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 167

*O engano só foi constatado quando partiram os primeiros tiros das janelas do Clube Militar. E, pouco adiante, com a depredação e incêndio do troféu arrebatado, mais de 20 anos antes, aos nazistas, a sede da UNE, cujo presidente, José Serra, teve de pedir asilo à Embaixada do Chile, para escapar à repressão policial-militar desencadeada contra toda liderança estudantil”.*³⁴

Uma das primeiras medidas da ditadura que se instalou foi extinguir, pelo menos oficialmente com UNE. Medida consumada pela Lei n. 4464.

Estava iniciado o ciclo de clandestinidade que caracterizou todo período que vai até 1979, quando ocorre a reconstrução da UNE em Salvador, na Bahia.

A UNE durante a Ditadura.

A atividade da UNE não cessou, mesmo debaixo de toda perseguição policial militar, o movimento seguiu, após o choque do primeiro momento, a reconstrução começou. Mesmo depois de declarada legalmente “extinta” pelas autoridades golpistas, a União Nacional dos Estudantes seguiu na luta, realizou congressos clandestinos como o de Belo Horizonte, em 1966, e o de Ibiúna em São Paulo, em 1968.

Esse é sem dúvida, o momento do movimento estudantil que está melhor documentado, e discutido e analisado. De forma, que o objetivo desse relato é estabelecer, através da documentação analisada, uma reflexão que possibilite esclarecer as causas, e a ação do PC do B na direção da UNE, durante o período de reconstrução da entidade até os dias atuais, com exceção de um breve interregno, entre 1987 e 1991, em que o Partido dos Trabalhadores alcançou a presidência. Portanto destacarei e discutirei apenas os elementos que possam de alguma forma colaborar para que esse objetivo seja alcançado. Elementos que possam demonstrar o choque que o golpe representou para os estudantes dessa época, a repressão sofrida, a resistência e o processo de reorganização.

Quando ocorreu o golpe, quando a tarde caiu “feito um viaduto” sobre a sociedade brasileira, e de forma especial, sobre aqueles que estavam, de alguma forma vinculados aos movimentos sociais. Quando os militares saíram

³⁴Ibid. p.188.

para caçar os “terroristas” e “restabelecer a ordem”, o movimento estudantil foi pego “no contrapé”, a perplexidade e o despreparo para a ação revolucionária, tão apregoada por diversos grupos da esquerda da época, se mostrou de maneira brutal, no início não se sabia ao certo nem de que lado os militares estavam, e quando se descobriu, não havia nenhuma chance, nem resistência, nem negociação, somente a fuga ou a prisão do regime militar.

O movimento estudantil das vésperas do golpe estava em grande parte entorpecido por um esquerdismo que impossibilitava qualquer tipo de unidade para enfrentar os golpistas, a esquerda brasileira, o movimento estudantil e a UNE caíram como um castelo de cartas.

Um caso peculiar, o da FNFi, a Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, nos dá uma mostra desse esquerdismo,

“Iniciou-se, assim, uma espécie de delírio coletivo, que levava muitos estudantes a caírem vítimas de uma outra forma do mal que combatiam. Na luta pelo extermínio da alienação burguesa, eram acometidos da chamada “doença infantil” – o esquerdismo. Para a maioria dos jovens que cursavam a FNFi nos últimos meses de 1963, estudar passou a ser um desvio “pequeno burguês”, pois a cultura estava morta e a faculdade representava um monumento do latifúndio. Era preciso derrubar tudo, fazer a revolução e, só então, recomeçar. Esquecia-se de que uma das coisas que realmente importava era que estudassem e ignoravam que, para o país, para a história e para a revolução que desejavam, um professor formado seja, talvez, mais importante do que um lutador estudantil jubilado”.³⁵

Quando os militares chegaram na FNFi para prender os estudantes, estes dispunham de uma única arma, a mesma disparou por acidente e matou outro estudante, que pouco tinha a ver com aquilo.

“O estudante morto pelo disparo acidental de 1º de Abril simboliza, assim, não só a idéia de que é preciso fazer alguma coisa, mas, igualmente, a advertência de que é preciso fazer o que é certo, e no momento oportuno”.³⁶

A história da repressão e do movimento estudantil se confundem após 1964, ser estudante equivalia a se “subversivo”. A ditadura adotou um tratamento de choque com relação ao movimento estudantil, em parte pela proximidade do mesmo com as correntes de esquerda, mas fundamentalmente

³⁵ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

³⁶ Ibid., p 119.

pelos laços da UNE com o Governo Goulart, portanto, desarticular o movimento estudantil significava no primeiro momento reduzir ao máximo possível a possibilidade de revide da sociedade aos golpistas.

*"O ataque aos estudantes não é mero terrorismo individual. Foi o fim da liberdade das próprias universidades, como prejuízo incalculável para a cultura da nação. Feriram-se, na pessoa dos estudantes injustiçados, todos os intelectuais, toda a inteligência do país. Quer se impedir que os estudantes de hoje e os intelectuais amanhã assumam seu papel natural de líderes do povo.."*³⁷

Inúmeros são os relatos de torturas e barbaridades de toda ordem sofrida pelos estudantes nesse período, vasta documentação historiográfica foi produzida, ainda no regime militar para denunciar a tortura e a violação dos direitos humanos pela ditadura militar no Brasil.

Em 1965 o governo militar editou a Lei Suplicy de Lacerda, paralela com o AI-2 que extinguiu 13 partidos políticos, a Lei previa explicitamente a extinção do movimento estudantil,

*"Para acabar com a participação política, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as suas entidades em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes quanto a verbas e orientações".*³⁸

Todas as conquistas acumuladas ao longo de toda a história da UNE até então, são destruídas, a sede, incendiada pelos golpistas, até o direito de participação política nos diversos conselhos universitários, um momento difícil, que, no entanto passa a agir como um agente catalisador da revolta social e em especial, dos estudantes, que com o passar do tempo desenvolveram uma unidade no interior do movimento para a resistência contra o regime.

Passado o primeiro choque gerado pelo golpe e pela perseguição policial, a UNE volta a se mobilizar, mesmo na clandestinidade e realiza, em 1965, em São Paulo, em 1966 em Belo Horizonte e em 1968, o de Ibiúna, de onde os participantes saem presos.

A divisão ocasionada na esquerda brasileira por ocasião do golpe, sobretudo, em relação à direção do PCB, maior força da esquerda da época,

³⁷CARPEAUX, Otto Maria. *O Brasil no Espelho do Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p.133.

³⁸POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.212.

que seguindo a orientação do PC Soviético, recomendava a luta no campo político, por não considerar que, no Brasil, nem as contradições do capitalismo tinham atingido o ponto ideal, nem as forças do proletariado estavam prontas para deflagrar um movimento revolucionário popular.

Dessa forma, durante o 27º Congresso da UNE de São Paulo, quando ocorreu a decisão sobre a questão da,

“...Participação, ou não dos estudantes nas eleições convocadas para os diretórios acadêmicos e centrais, segundo o Decreto nº 56.241, que regulamentara a Lei Suplicy. Os comunistas responderam afirmativamente, enquanto a corrente integrada pelos independentes e pela AP, Polop (Política Operária), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e outras facções menores se pronunciou contra, o que ocasionou a primeira divisão no movimento depois do golpe, passando os comunistas à oposição interna”.³⁹

Tal atitude gerou a automarginalização do movimento, que passou a agir fora das dependências das universidades, *“alguns como o Caco-Livre, por exemplo, que se reunia no bar defronte à Faculdade, apelidado, por analogia ao exílio das lideranças políticas nacionais, no Uruguai.”⁴⁰*

A ação das tendências que propuseram o não reconhecimento, e a não participação dos estudantes, correspondia ao debate da época no interior da esquerda brasileira: afinal, que caminho seguir? Adotar a postura sugerida pelo PC soviético, ou seguir o exemplo Cubano? Reconhecer a nova ordem e agir dentro dela, ou romper e buscar, as transformações totais, revolucionárias?

Em 1966, as passeatas de estudantes sacudiram a ditadura militar, a partir das temáticas de liberdade e democracia colocaram nas ruas milhares de pessoas, em Belo Horizonte, a polícia reprimiu com violência o movimento, prendendo e espancando estudantes, inclusive invadindo uma Igreja para espancar as pessoas que lá se refugiaram. Esse episódio gerou manifestações em solidariedade aos mineiros em todos os estados, em especial, no Rio de Janeiro e São Paulo, aonde essas passeatas chegaram a reunir vinte mil pessoas aproximadamente.

É nesse momento de mobilização após o golpe que se realiza em 1966, em Belo Horizonte, o 28º CONUNE. Encontro realizado, em uma Igreja, em que

³⁹ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.,p.237.

⁴⁰Ibid.,p.244

os estudantes, chegaram misturados aos fiéis, para a missa das sete horas, do dia 28 de julho daquele ano, e saíram na manhã seguinte, após a missa da manhã, e de novo junto com os fiéis, para não despertar a atenção da polícia. Tudo foi feito pelas autoridades para evitar a realização do congresso, de cerco nas estradas, ao cinturão policial criado ao redor dos locais suspeitos de abrigar o encontro.

300 estudantes atingiram o local, aproximadamente outros 200 esbarraram no esquema policial, todos que chegaram,

“Não vieram de mãos vazias: no chão monástico, cada um deles depositou, ao chegar, seu respectivo saco plástico, a ser utilizado como máscara contra gases, caso se confirmasse a ameaça policial de invasão. Ninguém se descuidou quanto a essa “arma” defensiva. Até mesmo uma delegação de estudantes norte-americanos – três rapazes e uma moça – admitida no conclave como convidada, mantinha também, devidamente instruída, os sacos de plástico ao alcance das mãos”.⁴¹

As resoluções do Congresso, dificilmente se concretizariam, porém sua realização demonstra que o movimento seguia se organizando, e procurava sobreviver aos anos de chumbo do regime militar.

No ano seguinte, novamente o CONUNE se realizou, dessa vez a violência policial foi além, e chegou a prender diversas pessoas, entre elas, “o Frei Francisco de Araújo, o frei Chico, prior dos dominicanos em São Paulo, o frei Leo Helf Ruff, prior dominicano de Vinhedo, e o Padre Terence Hill, da Ordem de Santa Cruz, acusados de darem guarida aos congressistas.”⁴²

Nesse encontro, cresceu fortemente o discurso engajado, as tendências mais a esquerda conquistaram grande prestígio, o sonho da revolução, se colocava como possível, através do enfrentamento da ditadura, foi dessa forma, elaborada a *Carta Política da UNE*, a qual depois de fazer a análise da conjuntura mundial, destacando as lutas de libertação popular que se desenvolviam no período, na Ásia, África e América e a reação do imperialismo, patrocinando golpes militares, em todas as partes do globo.

Segundo essa Carta havia ocorrido, “uma aliança fundamental das classes dominantes brasileiras com o imperialismo”, recordando que antes o

⁴¹ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.245.

⁴² Ibid.,p.262.

golpe de 1964, “o povo foi vítima de ilusões reformistas”. Ainda segundo esse documento, citado por Poerner, “... A tarefa fundamental do movimento estudantil é a luta política, que consiste numa preparação para aliar-se às classes que, historicamente, terão seu papel importante no processo de transformação social.”⁴³

Observa-se nesse trecho do documento um aspecto importante: o movimento estudantil se reconhece, como o elemento auxiliar da revolução popular, deve, dessa forma, “aliar-se” ao operariado e ao campesinato, na luta social. Essa visão, naquele momento demonstrava, ainda que de forma subliminar, a seguinte verdade: o movimento estudantil, bem como seus militantes, não se consideravam prontos para conduzir a luta do povo.

Sendo assim, “a luta do movimento estudantil é de denúncia da ditadura e do imperialismo, sendo, além disso, uma luta concreta e prática contra a intervenção ditatorial e imperialista nas universidades. O ponto principal dessa luta é o Acordo Mec-Usaid.”⁴⁴

O Acordo entre o MEC (Ministério da Educação e Cultura) e a Usaid (United States Agency for International Development), era o modelo de reforma universitária proposto pelo regime militar. Na verdade não se tratava de um modelo desenvolvido, no interior da ditadura, para gerar, um sistema educacional assemelhado ao dos Estados Unidos. O acordo Mec-Usaid era na verdade o reconhecimento da incompetência dos militares em responder às demandas que geravam o dia a dia das universidades e da rede de ensino, como um todo. Pelo acordo o Brasil se ocuparia da tarefa de implementar as fórmulas e modelos criados pelos técnicos da Usaid.

Esse documento se constituía, na verdade, de vários acordos, que abrangiam o sistema educacional brasileiro de forma ampla, propostas a serem implementadas desde o ensino fundamental, até o superior.

“Esses acordos constituíram o ponto-chave da política de desnacionalização do ensino brasileiro, mas não representaram a única nem a primeira tentativa norte-americana nesse sentido.”⁴⁵

⁴³ Ibid., p. 263.

⁴⁴ ACORDO MEC-USAID, 1965-1967.p.20.in: POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.262

⁴⁵ Ibid.,p.214.

Com o cenário possibilitado pelo golpe, os acordos foram firmados, boa parte deles em caráter sigiloso, por trás de todos eles uma coisa em comum, as orientações do relatório Atcon, de 1958. Elaborado pelo professor Rudolph P. Atcon, funcionário da Usaid, que na oportunidade da elaboração dos acordos e convênios, entre o Brasil e os Estados Unidos, fez a seguinte análise da sociedade brasileira,

“O clã dos graduados universitários domina todos os aspectos significativos da vida social; acresça-se a isso que apenas quatro latino-americanos em cada 10 mil atingem um grau acadêmico e podemos prontamente concluir que é nosso dever consagrar a máxima atenção, quando não interferir decisivamente, nesta instituição social denominada A Universidade.”⁴⁶

E dessa forma, a educação no Brasil foi redesenhada, de acordo com interesses externos ao território nacional, de maneira geral, o acordo realçava a formação técnica em prejuízo das ciências humanas, e enfatizavam a privatização do ensino, em especial do superior, como remédio para o caso brasileiro.

Indesejável, é bem verdade, porém essa formula foi profundamente aplicada no sistema educacional, e ainda são escassos os estudos sobre suas decorrências. Seus efeitos colaterais, e o dano causado à educação desse país.

Infelizmente a maior parte dos acordos foram amplamente implementados, e isso gerou no decorrer no tempo uma alteração determinante na vida do movimento estudantil; alterou-se de forma decisiva, o campo de batalha, o cenário de operações.

Do modelo estatal e religioso-filantrópico, instalado até o golpe militar de 1964, passou-se a outro caracterizado pela mercadorização do ensino, realizado agora, em larga escala nas instituições particulares. Esse efeito é tão determinante para o movimento estudantil desenvolvido a partir do Mec-Usaid, quando o processo de desmobilização gerado pela perseguição policial do regime militar. São ações conjuntas, articuladas, de forma que, quando a ditadura acaba, as forças tradicionais da esquerda brasileira, se deparam com um outro quadro, algumas se adaptaram, outras sucumbiram a esse processo.

Em 1968, as coisas que já eram ruins para o movimento estudantil, pioraram, em um crescente de violência, que no dia 28 de março desse ano, tem seu ponto alto. Nesse dia a polícia assassinou Édson Luis, dentro do restaurante Calabouço,

“O assassinato confirmava o aumento da violência posta em prática contra os estudantes pelo esquema de repressão policial. As marcas de balas nas paredes do restaurante do Calabouço, bem como os sinais de depredação no recinto, tornavam quase inacreditável que a ação policial – desencadeada de surpresa, quando numerosos alunos faziam suas refeições – só tivesse produzido a morte de um estudante. Logo surgiu a explicação do general Osvaldo Niemeyer Lisboa, “A polícia estava inferiorizada em potência de fogo”.⁴⁷

O impacto desse fato despertou profunda indignação na sociedade civil, em especial no interior das esquerdas e do movimento estudantil. Despertou as forças de oposição até nos setores que se mantinham apáticos à realidade política do país.

Em 1968 o mundo fervia em todos os campos; a política, comportamento e cultura tradicionais estavam em Xequê no mundo todo. A morte de Edson Luis desencadeia, no Brasil, ampla contestação ao regime, colocando mais lenha na fogueira de 68.

Inúmeras passeatas pipocaram pelo Brasil afora, a mais famosa delas foi sem dúvida a Passeata dos Cem Mil, para boa parte das pessoas que assistiram aqueles acontecimentos, os dias de redemocratização pareciam se avizinhar, tamanha a mobilização popular nesse sentido.

“A sensação de iminente democratização fez com que muitos perdessem o medo e decidissem dar a sua parte para a construção de uma sociedade mais livre e justa no Brasil. Jornalistas escreveram mais artigos de denúncia da injustiça e da opressão; editores lançaram mais livros, que um número sempre maior de escritores produzia sobre a realidade nacional; padres promoveram mais debates em suas Igrejas e escolas, parlamentares foram mais corajosos nos seus pronunciamentos.”⁴⁸

⁴⁷ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.264.

⁴⁸ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.270.

O ano ainda registra a detenção em massa de estudantes presentes no 30º CONUNE, em outubro, o de Ibiúna, no interior de São Paulo, esse congresso coincidiu com os movimentos grevistas de Contagem e Osasco, foi depois do discurso do deputado Márcio Moreira Alves, que da tribuna do parlamento, sugeriu o boicote às manifestações cívicas do 7 de Setembro daquele ano. A somatória desses movimentos colocou o regime militar na defensiva, e como em todas as vezes que as forças conservadoras estão na defensiva reagem da mesma forma: aumentando a violência e o autoritarismo, o governo fechou o Congresso Nacional e suspendeu os direitos civis dos cidadãos brasileiros, através do A.I. 5.

Para sediar a reunião clandestina, a UNE escolheu um pacato sítio, na cidadezinha de Ibiúna, cerca de mil estudantes chegaram em meados de outubro para participar do encontro. De todas as partes do país vieram caravanas de jovens, barbudos e cabeludos, acampavam no interior do sítio e movimentaram a economia local. Logicamente que isso despertou a curiosidade das pessoas da cidade, e algumas delas, passaram a avisar as autoridades do exército sobre a movimentação dos estudantes pela região, e no dia 14, de outubro de 1968, 920 estudantes foram presos, e encaminhados para as peregrinações nos porões da ditadura militar brasileira.

Entre eles estavam, José Dirceu, Vladimir Palmeira e Luis Travassos, que encerrava sua gestão à frente da UNE.

Numa sexta-feira 13, em dezembro o Brasil mergulhou na fase mais nefasta do regime, fase regida através da Lei de Segurança Nacional e pelo novo monstrengo criado pelos generais o Ato Institucional Número Cinco.

As coisas não foram mais as mesmas para nenhuma pessoa envolvida de alguma maneira com os movimentos sociais ou com os partidos de esquerda. Com essa medida, o regime empurrou para a clandestinidade, um grande número militantes, mesmo aqueles que consideravam prematuro o desencadeamento da luta armada contra a ditadura, foram compelidos ao campo de batalha, ou ao exílio. Pois ficar no país significava para grande parte, ser preso e torturado, ou lutar.

Como o A.I.-5 não havia mais nenhum espaço para nenhuma ação política que não fosse a insurreição armada, e do movimento estudantil, do meio de nossa juventude veio mais uma vez, o maior contingente daqueles

que, mal treinados e mal armados, munidos de muito mais coragem, idealismo e romantismo, do que de cartuchos e granadas, enfrentaram os militares brasileiros, e seus instrutores norte-americanos, com as táticas e o armamento de guerra mais moderno da época.

O movimento estudantil, tal como é entendido até aqui, foi interrompido com o A.I.-5. Sem condições sequer para se reunirem nos colégios e universidades, muito menos para saírem às ruas em passeata, os mais inconformados começaram a se agrupar e a ser arregimentados em organizações de luta armada. E partiram para uma guerra adulta, única forma de participação política que restara. E único caminho que acreditavam poder conduzi-los à libertação do seu povo.

Oito meses depois, em agosto de 1969, 370 pessoas já haviam sido identificadas como envolvidas em ações armadas e assaltos políticos, das quais cerca de 200 detidas e 128 qualificadas na Justiça Militar, segundo a Veja. Quase todos tinham entre 20 e 25 anos; somente cinco mais de 30. Quanto ao setor de atividade que provieram, 38,5% eram estudantes, 20%, militares (em sua maioria, anteriormente punidos pelo regime), 17% profissionais liberais, e 8%, operários, sendo o restante, comerciários, bancários e funcionários públicos.⁴⁹

⁴⁹ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.276.

Capítulo II

A Reconstrução da UNE e a Hegemonia do PC do B.

Enquanto os estudantes procuravam resistir, ou sobreviver ao regime militar, em guerrilhas, urbanas e rurais, momento em que muitos escaparam para o exílio, a educação foi sofrendo ininterruptamente os efeitos da aplicação dos acordos firmados com a Usaid.

De forma veloz, o ensino superior privado avançou em número de instituições e de matrículas. O ensino profissionalizante, bem como o desaparecimento das ciências humanas dos currículos escolares, substituídas pelas famigeradas, *Educação Moral e Cívica* e *O.S.P.B.*, demonstrava o panorama que se instalou. Ao passo que foi sendo implantado o Mec-Usaid, o local de ação do movimento estudantil, as instituições de ensino, foram sendo transformadas, de forma arbitrária, e muitas vezes sigilosa.

A parceria com a agência norte americana Usaid cumprira ao menos um papel positivo para os militares: modificou completamente a realidade da universidade brasileira, esse elemento observado, a partir da ótica militar, pode corresponder ao seguinte: Um exército, sabendo que inevitavelmente irá ceder uma posição ao inimigo, ao se retirar, “prepara” a região para a chegada dos demais, minando o terreno, poluindo a água, destruindo as plantações e demolindo as construções mais importantes.

O detalhe nefasto é que visto desta maneira, a prática militar de fazer “terra arrasada” foi feita sobre a educação do país.

Assim, quando ocorre a reconstrução do movimento estudantil em 1979, no 30º CONUNE, em Salvador, o movimento estudantil se depara com os agentes políticos de um passado recente, atuantes, porém, em um cenário novo, modificado, e moldado, segundo as orientações dos técnicos da Usaid. Largamente dominado pelas redes de ensino particulares, onde o reitor, na imensa maioria das vezes, é também, o dono da universidade, logo detentor de um poder total no dia a dia da instituição, um tipo moderno de senhor de

engenho, seu império, erguido com fartos incentivos governamentais, assemelha-se a uma espécie de capitania hereditária no ensino superior.

Reconstruir uma entidade estudantil, nessas condições constitui, sem dúvida, uma tarefa complicada, se levarmos em consideração que a ditadura ainda não tinha acabado, as coisas se complicavam ainda mais.

*“À marginalização política se aliava, entre as principais causas da insatisfação estudantil, a deterioração do ensino, consequência não só da inexorável redução das verbas, que relançara os jovens às ruas, como de um modelo de massificação (“democratização”, para o ministro Passarinho) que relegava a qualidade a plano secundário. O explosivo problema dos excedentes (os aprovados nos vestibulares que não conseguiam vagas) levava o MEC a estimular, estabranadamente, a proliferação de cursos superiores, provocando, nos anos 70, a quadruplicação do número de alunos, que se expandiam a taxas anuais superiores a 20%. Em 1970, havia 500 mil universitários no Brasil; em meados da década, mais de um milhão. Ao mesmo tempo, se ampliou o número de matrículas em faculdades particulares, que representavam 40% do total no ensino superior em, 1958, e 80%, em janeiro de 1976. Segundo levantamento do próprio MEC, os estabelecimentos isolados de ensino superior haviam registrado, de 1966 a 1976, um crescimento de 983%, com ênfase nos cursos de Direito e Pedagogia. Resultado: o problema dos excedentes foi transferido para ao mercado de trabalho, com excesso de oferta (mal-formada) em muitas áreas.”*⁵⁰

Em 1977, a partir das mobilizações decorrentes da campanha pela Anistia, formou-se o grupo que criaria a comissão de reorganização da UNE, desta forma marcou-se para o dia 4 de junho, em Belo Horizonte, a realização do 3º ENE (Encontro Nacional de Estudantes), prontamente proibido pelas “autoridades competentes” da época. Uma tela de arame de 2 metros de altura foi instalada em frente a entrada da Faculdade de Medicina, onde seria realizada a reunião. O discurso que justificava essas medidas eram os de sempre, todos eles, variações do chavão: “em defesa da segurança nacional”.

“Na entrada da cidade, a polícia revistou carros e ônibus, para deter os estudantes que chegavam de outros estados. Ao todo, houve 800 prisões,

⁵⁰ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.276.

*incluindo 348 estudantes em vigília na Faculdade de Medicina e três jornalistas.*⁵¹

Diante dessa ação do aparato repressor, o encontro foi esvaziado, não tornando possível o processo de reconstrução da UNE, porém, no dia 22 de setembro de 1977, em uma reunião secreta, na PUC-SP, criou-se a comissão Pró-UNE, encarregada de promover a reorganização da entidade.

No ano de 1978, dois projetos de Lei propõem a recriação da UNE, um de autoria do deputado Fernando Coelho (MDB-PE) e o outro de autoria de Hélio de Almeida (MDB-RJ). Dessa maneira, a sociedade civil, se mostrava interessada na reconstrução da entidade, o que desestimulava a repressão por parte do regime, que se encontrava acuado, pois nesse momento o país vivia o esgotamento do “milagre econômico”, agravado pela Crise do Petróleo, que em meados da década de 70, iniciou sua escalada dos preços dos combustíveis, o barril superou a barreira dos 70 dólares, colocando em dificuldades, repúblicas subdesenvolvidas como o Brasil.

Em 1979, em Salvador, na Bahia, no Centro de Convenções, cedido pelo então governador da época, Antônio Carlos Magalhães, em um Congresso que segundo o MEC seria “ilegal”, no entanto, não seria proibido, de forma que não foi utilizado contra os estudantes que se dirigiram à Salvador o mesmo esquema policial mobilizado anteriormente.

O movimento estudantil daquele momento reflete diretamente o quadro de pulverização política que se instalou na esquerda brasileira após o golpe de 1964, inúmeras tendências, algumas com caráter eminentemente regional, ligado às organizações armadas que enfrentaram, ou ainda tentavam enfrentar a ditadura militar.

Como manifestação de unidade, uma das decisões tomadas nessa ocasião foi apoiar os candidatos do MDB, a oposição consentida pelo regime, para as eleições de novembro daquele ano, derrotando a proposta de voto nulo, defendida pela Liberdade e Luta (Libelu) e a Alicerce.

As principais tendências, além da Libelu e Alicerce, eram as seguintes:

⁵¹ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.284.

“Unidade, a principal do Rio de Janeiro, que reunia o PCB e o MR-8, tendência Mãos à Obra, e propugnava por uma ampla frente democrática contra a ditadura; Mutirão, que abrigava as tendências Caminhando (PC do B), Refazendo (Ação Popular e Marxista Leninista, a APML, em que se transformara a AP, e a pernambucana Correnteza (PCR – Partido Comunista Revolucionário), e propunha a unidade dos setores populares no combate ao regime, assim como eleições livres, diretas e para todos os cargos eletivos da universidade.”⁶²

Além dessas outras também estavam presentes no interior do movimento estudantil, no entanto, as mesmas ficavam circunscritas aos muros de uma determinada faculdade, ou à militância de uma organização de esquerda da época. Um exemplo dessas tendências, a grande parte já desaparecida, é a *Novação*. Um grupo trotskista, oriundo da Convergência Socialista, abrigado inicialmente no PT, é composto pelos fundadores do atual PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado).

Além da *Novação* havia ainda, o MEP (Movimento Emancipação do Proletariado), *Organizando*, *Centelha* (MG), *Peleia* (RS), *Resistência* (SP), *Travessia* (PE), *Combate* (BA), essas defendiam o aprofundamento das relações com os trabalhadores, que no ano de 1979 realizaram as mobilizações operárias que culminaram na Greve dos Metalúrgicos do ABC paulista, que estremeceram a ditadura, e sem dúvida, aceleraram o processo de redemocratização do país, despertando as forças populares frente ao esgotamento do regime militar.

Em comum, todas as tendências tinham a luta contra a ditadura, contra a exploração, a opressão, pelas liberdades democráticas, a anistia, e uma assembléia nacional constituinte.

No entanto, o sem número de organizações no interior do movimento, demonstra de forma clara, o efeito produzido pela perseguição policial-militar, nas organizações de esquerda no Brasil, com o advento do golpe.

⁵² POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.286.

As sucessivas dissidências ocorridas no momento da resistência, ao regime, se faziam presentes entre os estudantes que viajaram até Salvador para aquele congresso.

Diversos líderes estavam desaparecidos, presos e exilados, entre eles Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE, desaparecido em 1968, outros dois ex-presidentes, Aldo Arantes e Altino Rodrigues Dantas Júnior, ambos do PC do B, estavam presos, Luís Travassos e outros no exílio.

A realização não foi de tudo facilitada pelas forças conservadoras, em um comunicado distribuído por telex para todos os reitores, o Ministro da Educação, deixou clara a posição do governo,

*“Comunico que a reunião da Comissão de Reconstrução da UNE, marcada para os dias 29 e 30 deste mês, em Salvador, é ilegal, não tendo o apoio nem a autorização do Ministério”.*⁵³

O encontro se realizou com sucesso e entre suas resoluções constavam os elementos fundamentais para nortear a ação dos estudantes a partir de então. Nessa oportunidade foi produzida A Carta de Princípios da UNE, segundo a qual,

*“A UNE, instituição “livre e independente”, é a “entidade máxima” dos estudantes, brasileiros, por cujos direitos e interesses “deve pugnar”; o sétimo e último artigo do documento chegou a gerar alguma polêmica, mas também acabou aceito: “A UNE deve lutar contra toda forma de opressão e exploração, prestando irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores de todo o mundo.”*⁵⁴

As lutas que a UNE passaria a travar então deveriam se orientar pela gratuidade do ensino, por mais verbas para educação, pela anistia ampla, geral e irrestrita, contra a devastação da Amazônia, por uma Assembléia nacional constituinte “livre e democrática”, e pela filiação das entidades de base à UNE.

Estava então reconstruída, a entidade que mobilizou os estudantes desde os idos de 1937. Que foi despejada de sua sede pelos golpistas, e viu suas principais lideranças assassinadas, exiladas, e desaparecidas, durante a ditadura.

⁵³ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.288.

⁵⁴Ibid.,p.289.

A União Nacional dos Estudantes foi então a pioneira das entidades desmanteladas pelo golpe a se rearticular. Mais uma vez o movimento estudantil cumpre seu papel na vanguarda, abrindo caminho para a reorganização da vida democrática no Brasil.

Ficou também decidido pelo plenário nessa oportunidade, que a eleição da nova diretoria seria realizada no segundo semestre, de forma direta, inédita na história da UNE que sempre realizara até então eleições congressuais.

Acabava assim a caminhada conturbada feita pela UNE de Ibiúna até Salvador, a entidade rompia a clandestinidade, não era ainda reconhecida pelo governo, isso, no entanto, era uma questão de tempo.

O preço pago pelo pioneirismo da UNE foi a derrubada do Casarão que serviu de sede até 1964, posto ao chão como expressão do receio que entidade ainda despertava nos ditadores. Inútil o esforço de oitenta deputados que realizaram um abaixo-assinado para embargar a demolição, dos protestos vindos de todas as partes do movimento social, era uma atitude simbólica do regime, uma represália pela ousadia.

O Predomínio do PC do B

A história da UNE após sua reconstrução registra uma realidade interessante: dos 27 anos, desde a reconstrução da entidade até os dias atuais, 23 foram de predomínio da influência do PC do B, na presidência da entidade.

Como um partido de pequena expressão no cenário político nacional, consegue garantir a direção de uma organização disputada por todas as forças políticas brasileiras, inclusive de direita, durante tanto tempo?

Quais serão os elementos que possibilitam esse quadro, será o poder econômico?

Se levarmos em consideração que o uso ou abuso do poder econômico, no meio do movimento estudantil, por si só é capaz de promover a vitória de um determinado grupo político, teremos uma visão completamente distorcida da realidade, pois ao compararmos o “poder econômico” do PC do B, e de

outras organizações partidárias, como por exemplo o PT, o PSDB e o PP, veremos esse argumento se esfumagar.

O Partido dos Trabalhadores, sempre dispôs desde sua fundação, de doações de militantes e simpatizantes do Brasil inteiro e do exterior, e de mandatos parlamentares eleitos, administrou prefeituras e governos estaduais, e em 2002 chegou a eleger o presidente da república. Do ABC paulista para os dias atuais, o Partido dos Trabalhadores cresceu em influência e em volume de recursos disponíveis para as diversas campanhas que participa. No entanto o PT desde 1979, só conseguiu produzir um curto interregno entre as sucessivas gestões do PC do B, entre os anos de 1987 e 1991.

O PSDB, partido que apesar de sua aliança com as forças conservadoras operada à partir dos anos 90, tem um discurso social-democrata, e possui um segmento de juventude razoavelmente organizado, nos diversos encontros da UNE, está sempre presente, através da JPSDB. O poder econômico a disposição de um partido que se mantém abastecido com recursos advindos das sucessivas gestões de governos estaduais, e que chegou a ocupar a presidência da república durante oito anos, com Fernando Henrique Cardoso, é sem dúvida superior ao poder econômico do PC do B.

Um outro claro exemplo, é o caso do Partido Progressista, herdeiro, do PDS, que era Arena, e que ainda é o que sempre foi a vitrine da elite rural, saudosos dos tempos “em que reinava a ordem” e o “povo respeitava mais as autoridades”. Diretamente ligado aos interesses das classes conservadoras brasileiras, o PP, possui entre seus mais influentes membros, figuras de destacada importância durante o regime militar, Ibrahim Abi-Akel, por exemplo, ministro de estado dos militares, e Paulo Maluf, estão entre de seus ilustres membros. O Partido Progressista tem como filiados a maior parte dos latifundiários do país, além dos ex-ditadores. Seu poder econômico é proporcional à concentração de renda brasileira, pois entre seus filiados está grande parte dos “concentradores” das rendas nacionais. Em um embate contra o PC do B, cujo poder econômico fosse decisivo para garantir a vitória, os comunistas seriam trucidados.

Percebe-se assim que existem tanto na esquerda, como na direita brasileira, partidos economicamente mais poderosos que o Partido Comunista do Brasil, e que, portanto, o volume de recursos não se constitui como

elemento fundamental para garantir êxito no movimento estudantil. Além disso, toda a história recente do movimento estudantil aponta para outra direção, a crítica ao capitalismo, à exploração e ao abuso do poder econômico.

Por outro lado, acreditar que o volume de recursos que uma organização atuante no interior do movimento estudantil disponibiliza para tentar controlar a UNE, possa garantir um período tão longo de predomínio político, corresponde em certa medida, acreditar que os estudantes se vendem, abrem mão de sua vontade por uma festa, bebidas, drogas, e outras bobagens. Tal posicionamento constitui uma ofensa, contra a parcela dos estudantes que rompendo o círculo vicioso “escola, cinema, shopping, televisão” passam a se dedicar ao movimento estudantil, e de alguma forma procuram contribuir para a transformação da sociedade brasileira.

Além de obviamente representar o total desconhecimento das dinâmicas e contradições do movimento estudantil brasileiro.

Então se não foi o dinheiro? O que foi então?

E como se construiu esse quadro de predominância política de um partido durante tanto tempo?

Tudo teve início em Piracicaba, durante o 32º CONUNE, no ano de 1980,

“O mais alegre e descontraído já promovido pela entidade. Também, não era para menos, pois os estudantes contaram, de 13 a 16 de outubro, com o apoio oficial da Prefeitura de Piracicaba, a 165 quilômetros da capital paulista, e de uma universidade, a Metodista (Unimep), cujo reitor, Elias Boaventura, cedeu o campus para o encontro. Durante quatro dias, os cerca de cinco mil universitários (2.600 delegados) puderam comprovar que pelo menos, em Piracicaba, a abertura já era uma realidade: o prefeito João Hermann Neto (PMDB) declarou a cidade “território livre da UNE”.⁵⁵

O clima que cercava o congresso era sem dúvida outro, não se faziam mais necessários sacos plásticos, ou esquema de segurança especial para proteger os participantes do evento, os ventos eram de fato de redemocratização, a UNE maneirava o tom das críticas e o regime folgava mais um pouco o laço, bem ao estilo: das aberturas lentas e graduais, criadas pelos militares.

⁵⁵ PIRACICABA, TERRITÓRIO LIVRE DA UNE. **Revista Veja**, São Paulo, p.52, out. 1980.

“O senador Jarbas Passarinho, ex-inimigo do movimento, foi convidado. Agradeceu e desejou sucesso ao encontro, o que alguns interpretaram como reconhecimento oficial da UNE, que exibiu insólita moderação.”⁵⁶

Com a redemocratização, gradativamente o movimento estudantil universitário, volta a se aproximar do Estado brasileiro, pois sua tarefa principal, conquistar a educação pública, gratuita e de qualidade ao alcance de todos, só pode ser realizada mediante a ação do estado. Logo a UNE ao se reconstruir, retorna ao que era nos primeiros dias de sua existência. Uma entidade de representação oficial dos estudantes do país, que procura a partir da ação política junto aos governos ser, o intérprete autorizado, da vontade dos estudantes brasileiros.

O discurso revolucionário dos dias de repressão policial-militar começou a ficar pra trás. Devagar o movimento estudantil retornou às suas origens de porta-voz da classe média, sem dúvida um de seus setores mais organizados, e a UNE passa então a se comportar novamente como uma força auxiliar do Estado, para estabelecer uma relação com os estudantes e também para prestar o mesmo tipo de contribuição que a oposição, fiscalizar e criticar as ações dos governos e dos empresários do ensino, que passaram a controlar depois do Mec-Usaid, 64,9% das matrículas no ensino superior⁵⁷, segundo dados do próprio Ministério da Educação, divulgados em 2001.

Para disputar a presidência da UNE se apresentaram os seguintes candidatos:

“Marcos Galvão, o “Kalói”, 24 anos (a idade média dos universitários era 25), ex-presidente da UEE-SP e aluno da Escola de Sociologia e Política de São Paulo; e o alagoano Aldo Rebelo, também 24, filho de um camponês assalariado em fazenda do senador Teotônio Vilela e quartanista de Direito na Universidade Federal de Alagoas.”⁵⁸

Com a vitória da Aldo, o PC do B, inaugurou sua hegemonia na direção da UNE.

Aldo Rebelo, se radicou em São Paulo, onde, fundou a União da Juventude Socialista, (a ala jovem do PC do B, que será objeto de análise,

⁵⁶ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.294.

⁵⁷ O ENSINO SUPERIOR EM NÚMEROS. *Revista Caros Amigos*, São Paulo, nº 09,p.04.nov. 2001.

⁵⁸ Ibid.,p.295.

posteriormente), se elegeu vereador e deputado federal, antes de ser nomeado ministro da coordenação política de Lula, à partir de então os Congressos da UNE se tornaram rotineiros, assim como as vitórias do Partido Comunista do Brasil.

Ao conquistar o poder na União Nacional dos Estudantes, o PC do B, passou a se preocupar com sua manutenção, e mais, com a ampliação de sua militância no meio dos estudantes e da juventude como um todo. Dessa forma, ainda no início dos anos 80, assim que Aldo se desligou da direção da UNE passou a se dedicar ao fortalecimento da juventude do PC do B, a UJS, esta tinha seu campo de ação restrito ao movimento estudantil universitário, apesar dos esforços para a tentativa de construção de outras frentes, como entre os jovens operários.

O ano de 1986 já encontrou a UNE novamente reconhecida pelo governo, como “*entidade representativa do conjunto dos estudantes das instituições de ensino superior*”⁵⁹ do país, pela Lei 142, de 1985, de um de seus ex-presidentes, o deputado Aldo Arantes (PC do B – GO), sancionada pelo presidente José Sarney em 31 de outubro de 1985.

Para articular-se às forças políticas e tornar possível o reconhecimento oficial do governo, a UNE foi em larga medida, chamada a fazer parte das linhas de defesa das ações governamentais entre os estudantes, além obviamente da, cooptação de lideranças, prática comum e antiga, em nosso Brasil, de samba e pandeiro.

O Partido Comunista do Brasil sofreu sua primeira derrota em 1987, o PT conseguiu eleger o paraense,

*“Valmir Santos, da tendência Nova Esquerda, (do deputado José Genoíno), com o apoio da dissidência prestista do PCB, o Comitê Gregório Bezerra, do MR-8, de grupos independentes e setores do PMDB. Era a gestão Henfil. E foi a primeira derrota do PC do B, desgastado com o alinhamento, conchavado desde a gestão de Renildo Calheiros (1984/86), ao governo Sarney.”*⁶⁰

Na gestão de Calheiros, a UNE apoiou a candidatura de Tancredo Neves, no colégio eleitoral, com a morte do mesmo, e a posse de Sarney, o apoio da UNE foi transmitido como uma espécie de herança. Para o governo

⁵⁹POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.296.

⁶⁰Ibid.,p.297.

interessava ter um bom diálogo com a sociedade civil naquele momento, então acenava com a promessa de reconhecimento oficial para a UNE, colocada na ilegalidade pelo governo militar. Assim todos ganhavam, porém esse alinhamento desgastou a imagem de Renildo Calheiros, bem como do PC do B, causando a primeira, e até então única derrota em uma eleição para a presidência da UNE, após a ditadura militar.

Até 1988, as eleições para a diretoria da UNE eram majoritárias, ou seja, não incluíam membros das chapas perdedoras, porém,

“Ante o acirramento da polemica em torno do aparelhamento da entidade, decidiu-se que, a partir do 40º Congresso, realizado na Universidade de Brasília, em 1989, a formação da diretoria levaria em conta a proporcionalidade dos votos obtidos pelas chapas concorrentes. De modo que o gaúcho Carlos Langone, o terceiro e último presidente petista, já foi escolhido numa eleição proporcional, da mesma forma que seus sucessores.”⁶¹

Em 1990 não houve Congresso, assim o PC do B, teve que esperar até 1991 para retomar a frente da entidade, em junho desse ano em Campinas, elegeu-se a gaúcha Patrícia de Angelis, cujo secretário geral, o paraibano Lindberg Farias, eleito presidente no ano seguinte, na cidade de Niterói, dirigiria a UNE na campanha pelo impeachment de Fernando Collor.

A União da Juventude Socialista e a construção da base que sustenta a ação do PC do B na UNE.

O PC do B é fruto de uma dissidência do velho “*Partidão*”, o PCB. A divisão no seio da militância comunista no Brasil se deu em função da discordância gerada pela posição adotada pela cúpula do Partido Comunista Brasileiro, que seguindo determinação do PC da União Soviética, não deveria fomentar a revolução no país naquele momento, tal posicionamento do PCUS, só pode ser compreendido à luz dos acordos que foram estabelecidos entre as potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, um desses acordos previa o respeito às áreas de influência dos Estados Unidos, da Inglaterra e da União Soviética. O Brasil se encontra dentro do “quintal” norte-americano, de forma

⁶¹ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.297.

que aos soviéticos, cabia desaconselhar sua seção brasileira a tomar o caminho das armas, pois ajudar o PCB em uma eventual tentativa revolucionária, abalaria ainda mais o frágil equilíbrio de Guerra Fria. Além disso, o PCUS já havia se envolvido anteriormente, em diversos episódios durante a década de 30, sobretudo apoiando Luis Carlos Prestes, em sua mal fadada tentativa de levante em 1935, e tinha grandes dúvidas sobre a efetiva capacidade de organizar a luta popular do PCB naquele momento.

No entanto, após as revoluções ocorridas na China em 1945, e Cuba em 1959, novos horizontes foram se desenhando para a militância comunista internacional, no Brasil o efeito imediato foi a divisão do Partido Comunista em dois, o “Partidão”, que seguiu com a sigla PCB, e acatou a orientação do PC soviético, e o “Partidinho”, a ala dissidente que passou a adotar a denominação PC do B, e passou a defender o fomento da luta revolucionária imediata, inspirados pelos exemplos de Mao-Tsé-Tung e Che Guevara. Acreditavam que era possível naquele momento desencadear a luta de guerrilhas no campo e na cidade.

Essa dissidência ocorreu em 1962, segundo a voz oficial do PC do B, o jornal *A Classe Operária*,

“O PC do B é o mais antigo partido em atividade no país porque sempre esteve com o povo e os trabalhadores em suas lutas contra a opressão e por uma sociedade mais justa. Lutou contra o fascismo nas décadas de 1930 e 1940, pela criação da Petrobrás na década de 1950 e contra a ditadura militar, entre as décadas de 1960 a 1980. Enfrentou o revisionismo na década de 1950, e foi reorganizado em 18 de fevereiro de 1962 em torno dos ideais revolucionários que orientam sua fundação e organização.”⁶²

Note-se então que já em 1962, portanto antes do golpe o PC do B está engajado na idéia da luta revolucionária, assim em 1967, um ano antes do A.I. 5, a guerrilha do Araguaia começa se ser instalada. Em 1972, ocorre o início da campanha do exército para acabar com a guerrilha, o fim foi trágico a maior parte dos estudantes que lutaram em Xambioá, no Araguaia foi morta pelos militares, boa parte dos corpos nunca foram localizados, a população local até hoje guarda histórias de torturas e assassinatos praticados pelo exército na tentativa de conseguir informações sobre os guerrilheiros.

⁶² **A CLASSE OPERÁRIA**. São Paulo, 25 março de 2006.p.2.

Após o desmantelamento do foco guerrilheiro, o PC do B reuniu sua cúpula para discutir a conjuntura nacional e traçar os novos planos de ação, na casa de um dirigente partidário, o episódio ficou conhecido como *Chacina da Lapa*.

*“1976 – dezembro, dia 12. Chacina da Lapa. O 2º Exército fuzila dentro de casa Pedro Pomar e Ângelo Arroio, e mata na prisão Batista Drumond, dirigentes do PC do B.”*⁶³

As tentativas de construir a revolução armada morreram, na Lapa, a partir de então o partido procurou reconstruir sua base no movimento social, especialmente no movimento estudantil, e passou a conduzir sua luta dentro do campo político institucional.

A principal orientação pós-76, era a reconstrução e a conquista da direção da UNE. Fato que veio a ocorrer em 1979, com a eleição de Aldo Rebelo, em Salvador, no Congresso da Reconstrução.

Em junho de 2006, a União da Juventude Socialista se reuniu em Brasília para seu 13º Congresso Nacional, desde o início do ano a entidade distribuiu para seus militantes, um material com as teses para o congresso, com informações gerais sobre a entidade e orientações gerais para suas lutas cotidianas.

Intitulada: *A Estrada Vai Além do que Se Vê!* A tese faz uma breve síntese da história da organização.

*“A UJS foi fundada em 22 de setembro de 1984, Nos seus quase 22 anos de existência sempre se colocou em defesa do Brasil e dos interesses dos jovens, tomando parte nos principais acontecimentos políticos de nosso país. Onde tem juventude a UJS está presente, defendendo suas idéias e organizando a luta.”*⁶⁴

O primeiro presidente da entidade foi Aldo Rebelo, assim que termina seu mandato na direção da UNE, passa a se dedicar ao processo de sua construção. A UJS deveria ter, segundo a orientação do comitê central do PC do B, a missão de construir uma frente juvenil que superasse o quadro de fragmentação, caracterizado por rachas, dissidências e choques entre as tendências políticas atuantes no movimento estudantil. Dessa forma, o discurso fundador é o da unidade do movimento, estudantil, juvenil, popular, enfim:

⁶³ A CLASSE OPERÁRIA. São Paulo, 25 março de 2006.p.4.

⁶⁴ A ESTRADA VAI ALÉM DO QUE SE VÊ. 13º Congresso Nacional da UJS. Brasília; 2006.p.7.

unidade, sob a direção do Partido Comunista do Brasil, pois a UJS, segundo Ricardo Abreu, presidente da UJS em 2001, na ocasião do 10º Congresso do PC do B; *“é a expressão concreta da estratégia e da política do Partido para a juventude.”*⁶⁵.

*“As classes dominantes estimulam a fragmentação e a despolitização dos movimentos juvenis e procuram limitar a ação juvenil à luta pela “cidadania” em sentido liberal. Atacam com virulência o movimento estudantil. Fazem uma falsa contraposição entre movimentos juvenis “tradicionais”, excessivamente politizados para eles, e os “novos” movimentos, como ONGs, grupo de voluntariado juvenil e de jovens protagonistas, que fariam uma ação social e não política. Na prática, procuram uma “face” humanitária para o neoliberalismo.”*⁶⁶

Ao colocar a fragmentação política como uma decorrência da ação das classes dominantes, o dirigente partidário, estabelece que a superação dessa fragmentação é, portanto, uma tarefa imediata a ser desenvolvida pela militância do setor de juventude do PC do B. Existe por parte da direção partidária, um forte interesse no desenvolvimento de ações no interior da juventude, sem dúvida alguma esse segmento é um dos eixos da estratégia de consolidação e crescimento do PC do B. O zelo que a direção dedica aos movimentos juvenis aparece, claramente exposto, na fala de Ricardo Abreu, o Alemão,

*“O Partido precisa dominar em profundidade nossa política para a juventude para poder orientar mais e melhor atividade política e ideológica da UJS, dar maior apoio e acompanhamento. A UJS é força auxiliar do Partido e os frutos de seu trabalho estarão em razão direta do investimento feito pelos comunistas na organização juvenil.”*⁶⁷

Durante o período em que o PC do B esteve afastado da diretoria da UNE, entre 1987 e 1991, corresponde na verdade ao período de maior atividade da UJS em um ambiente onde as ações de outras forças políticas, era quase inexistentes, o meio secundarista, entre os estudantes mais novos, do ensino médio, que pela renovação constante, característica da dinâmica acadêmica, estariam em pouco tempo nas universidades, dessa forma a ação

⁶⁵ CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 10º.,2001 Brasília. **Novo Rumo para o Brasil**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2002.337p.

⁶⁶Ibid.,p.178..

⁶⁷ Ibid.,p.182,182.

do PC do B foi centrada em um ponto bem específico, reconstruir a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), tão velha quanto a UNE, abrigada da mesma forma na Casa do Estudante do Brasil, nos tempos de Estado Novo, e evidentemente mobilizar os estudantes para a militância na UJS. Com vistas à reconquista da direção da UNE, pois sem dúvida a ação no movimento estudantil responde pela principal atividade do Partido Comunista do Brasil. Visto que sua expressão no movimento sindical, por exemplo, com a Corrente Sindical Classista, não consegue reproduzir entre o operariado brasileiro, e a direção da CUT (Central Única dos Trabalhadores) os mesmos êxitos da UJS no movimento estudantil e na UNE e UBES.

“Entre 1987 e 1989, com a UNE esvaziada e paralisada por grandes divisões internas, o cenário das lutas estudantis foi tomado pelos secundaristas, que, com os seus jingles roqueiros e suas mochilas, saíram às ruas das grandes capitais para exigir a redução das mensalidades e a melhoria do nível de ensino. Com idades de 12 a 18 anos, a chamada “geração mochila” queria, ainda, o fim das restrições à atuação e à existência dos seus grêmios – restrições que persistiam, apesar da Lei do Grêmio Livre, de 1985, também do deputado Aldo Arantes –, meia passagem nos ônibus, reformas nas escolas e professores nas salas de aula.”⁶⁸

Observe-se nesse ponto um detalhe interessante, como forma de sobrevivência, naquele momento, o PC do B não podia abrir mão do movimento estudantil, pois aí se concentrava, e se concentra ainda hoje, sua militância, e, portanto, sua influência na sociedade brasileira. Nota-se também que, o momento em que a mobilização entre os estudantes secundaristas começa a se intensificar, o segmento juvenil do PC do B, a UJS, está presente nesse meio, posto que o movimento estudantil universitário, constituía-se naquele momento um terreno hostil.

Tal tática de ação deu resultado quase que imediato, em 1991, quatro anos apenas, tempo suficiente para organizar melhor a UJS, que já existia, e ocupar as frentes do movimento secundarista, arregimentar os militantes que em 3 ou 4 anos, estaria ingressando no ensino superior.

⁶⁸ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.297.

*“Desde então, a UBES tem-se empenhado em estimular a formação de grêmios nas escolas de primeiro e segundo graus. Durante a gestão do presidente Joel Benin, também do PC do B, foi lançado, em agosto de 1994, com a presença do ministro da Educação, Murilo Hingel, um gibi com orientação para a multiplicação desses grêmios, objetivando elevar o seu número de dez mil para 15 mil em um ano.”*⁶⁹

Em 1991, o PC do B reconquista a direção da UNE, o intervalo durou, o exato intervalo de uma geração de estudantes secundaristas, quatro anos.

*“A escola ainda é o lugar que mais reúne a juventude, e não é por acaso que é também o lugar onde mais existe UJS. Participamos com nossos militantes dos grêmios, diretórios acadêmicos, entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais. São filiados à UJS os presidentes e expressiva parte das diretorias da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e da União Nacional dos Estudantes (UNE).”*⁷⁰

O trecho acima foi retirado de uma espécie de cartilha, um material usado como auxiliar no convencimento e aproximação com os estudantes, nesse caso o controle das entidades é inclusive usado como argumento para afirmação dos valores da juventude do PC do B.

No ano de 1992, no momento de maior mobilização popular e estudantil do país depois das diretas já, frente ao episódio do Fora Collor, movimento que levou milhares de estudantes às ruas em passeatas que tornaram ainda mais insustentável a situação de Fernando Collor de Melo, que acabou sendo afastado no único processo de impeachment da história do Brasil.

Natural que o PC do B através de seus parlamentares e de sua frente juvenil fizesse amplo combate ao governo Collor, pois o partido, entre outras coisas, fez parte da coligação que disputou em 89, tendo o petista Luís Inácio Lula da Silva, como candidato derrotado. A relação entre as duas cúpulas partidárias costuma ser de camaradagem, é corriqueiro o apoio comunista aos projetos e candidatos do PT, em todos os pleitos desde a redemocratização. De acordo com a cartilha da UJS, de 2003:

⁶⁹ POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.p.299.

⁷⁰ FORÇA QUE CRESCE! Título de uma cartilha que a UJS, lançou em 2003, em comemoração à vitória de Lula para a presidência da república.p.7.

“A UJS vem participando das campanhas eleitorais para presidente ao lado de Luis Inácio Lula da Silva desde 1989. Ano passado contribuimos de forma decisiva para sua vitória.”⁷¹

O fragmento acima permite uma idéia bem precisa do nível de proximidade entre os partidos, o alinhamento entre o PT e PC do B, na verdade é o resultado do reflexo da aproximação do movimento estudantil com o movimento operário no Brasil, no pós-ditadura militar, de forma que as organizações políticas de trabalhadores que se originaram nas experiências grevistas do ABC paulista, no fim da década de 70, em especial o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores, estabeleceram desde o início um alinhamento com o PC do B, partido que, por ter sua ação concentrada no movimento estudantil universitário, permitiu dessa forma através de sua ação o alinhamento da UNE, não somente às campanhas de Lula, mais também à defesa de seu governo inaugurado em 2003. Ao passo que, a União Nacional dos Estudantes, não se opõe à Lula, nem nas campanhas eleitorais, nem depois de eleito, isso diminui sobremaneira a vontade da cúpula petista em conquistar a direção da UNE, pois, isso significaria o enfrentamento e a possibilidade do rompimento da aliança construída ao longo dos últimos anos entre os partidos.

Desse modo, no interior da esquerda, a força política que poderia representar a maior ameaça à hegemonia do PC do B na UNE, aliás, que, já conseguiu inclusive, impor a única derrota sofrida pelos comunistas nesse campo, no período entre 87 e 91, está de certa forma neutralizada.

Porém, a aliança entre os dois partidos não é suficiente para explicar a hegemonia comunista na UNE, outros elementos são necessários para completar a análise desse fato. Outros elementos estão diretamente ligados às razões que levaram a construção da influência da UJS no movimento estudantil, e, portanto, ao estabelecimento do PC do B como corrente majoritária entre os estudantes organizados pela UNE.

Outro elemento para construção desse cenário foi a leitura feita pela direção do PC do B da realidade instalada no sistema educacional brasileiro, depois da implementação dos acordos MEC-Usaid, que modificou

⁷¹ FORÇA QUE CRESCE! Título de uma cartilha que a UJS, lançou em 2003, em comemoração à vitória de Lula para a presidência da república.p.8.

completamente a educação no Brasil, pois em pouco tempo concentrou a maior parte dos estudantes brasileiros nas instituições de ensino privadas. Tal situação exigia uma nova forma de encarar o movimento estudantil, pois o território de ação havia se modificado de forma definitiva e irreversível. Era preciso criar uma organização de juventude que fosse capaz de ajudar a construir entidades representativas, D.As, C.As, D.C.Es em um terreno novo, a universidade privada. Não se tratava mais de enfrentar somente o Estado e o Ministério da Educação, era necessário agora conseguir implementar as entidades representativas “bem debaixo dos narizes dos tubarões do ensino”.

Não fazia mais sentido manter o movimento estudantil engessado ao formato adquirido nos tempos de luta armada, era necessário trocar a camuflagem, o equipamento e o treinamento para agir em outro terreno.

Assim a UJS passou a se dedicar à construção de entidades nas universidades particulares, por dois motivos imediatos: o maior número de estudantes concentrados hoje nessas instituições, por volta de 70% do total de universitários. E também por ser um local onde a luta entre as tendências políticas é menos encarniçada, pois, curiosamente, o estudante que atua no movimento estudantil, e está matriculado em universidade pública, cultiva, na maioria das vezes, um preconceito em relação aos demais universitários, de forma que deixa transbordar para cima dos estudantes os sentimentos que nutrem pelos donos das instituições privadas. Logo, no interior das universidades públicas o movimento estudantil encontra-se mais intensamente disputado, e essas lutas, na maior parte das vezes, dispersas e fragmentadas, costumam absorver a maior parte da militância das forças políticas que disputam entre si e com a UJS o controle da UNE. Sobra assim um campo de ação praticamente livre.

Considerações Finais

Quando associamos essa análise, ao fato de ser na atualidade a maior força efetivamente organizada no meio secundarista, torna-se possível então compreender as razões fundamentais para a construção da hegemonia comunista na UNE. Em poucas palavras: renovação constante via movimento secundarista e ação desenvolvida largamente onde se encontram os maiores contingentes de alunos universitários, as universidades privadas, que o MEC-Usaid inventou.

Uma diferença fundamental separa o trabalho desenvolvido pelas direções partidárias de esquerda e de direita com seus setores de juventude em relação ao PC do B: a necessidade vital que representa para os comunistas a ação no interior do movimento estudantil, local onde se concentra a maior parte de sua militância. Assim o campo da ação partidária é necessariamente a juventude, e em especial o dia-a-dia da política estudantil.

Existe uma preocupação constante da cúpula partidária no aprimoramento da formação de sua militância, bem como na condução das lutas desenvolvidas pelos membros da UJS.

Na *Resolução Política*, do 10º Congresso do PC do B, está presente uma passagem que expressa ao mesmo tempo duas coisas basicamente: primeiro, a importância que se atribui ao movimento estudantil, e em segundo lugar: o partido de fato tem uma política para o segmento de juventude.

“Nesse período de legalidade, o Partido desenvolveu trajetória vitoriosa no trabalho juvenil. A ação dos jovens comunistas resultou em importante contribuição política à luta de massas no Brasil e permitiu a aproximação de milhares de jovens às idéias do socialismo e ao projeto do Partido. Mesmo em um contexto geral adverso, manteve-se uma grande influência na direção das entidades de movimento estudantil. A atual orientação para o trabalho com a juventude, definida nas resoluções de 1996 e 1999, do Comitê Central, está sendo implementada e desenvolvida com êxito.”⁷²

Um outro aspecto interessante, que pode ajudar a lançar luzes sobre essa questão, é a postura pró-ativa que o PC do B trata as questões ligadas à juventude brasileira. O momento atual é visto como propício para a mobilização

⁷² CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 10º., 2001 Brasília. **Novo Rumo para o Brasil**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2002.p.102.

da juventude. Tal postura se evidencia no discurso de Alemão, realizado na ocasião do 10º Congresso em 2002;

Além de solidária e internacionalista, apoiadora da paz mundial e adversária da guerra imperialista, a maioria dos jovens brasileiros é patriota. Durante este ano, quando grupos musicais dos EUA tocaram o hino e tremularam a bandeira de seu país em shows realizados no RJ e no RS, os jovens vaiaram e gritaram “Brasil”⁷³.

Ao passo que boa parte das correntes políticas faz leituras distorcidas sobre o jovem brasileiro, classificando-o como desinteressado, ou mesmo alheio com relação às questões políticas e sociais, e tendem então a considerar que o movimento estudantil se encontra em um momento de desmobilização. O PC do B enxerga um outro cenário, em 2003, em seu Encontro Nacional, que teve como tema: Partido e Juventude, a direção partidária faz a seguinte leitura do contexto atual,

“Recentemente tivemos vitórias excepcionais dos comunistas. Nossa vitória no 48º Congresso da UNE neste momento político importante soma-se a outras. Nossa política foi testada e aprovada. Avançamos na CUT, consolidamos a nossa influência na UNE e realizamos uma vitoriosa 9ª Conferência Nacional. O momento é de expansão e fortalecimento do Partido Comunista do Brasil e da União da Juventude Socialista, de muitas possibilidades”.

“Estamos diante de uma nova situação. A ofensiva imperialista em toda a linha é brutal. Ao mesmo tempo uma nova onda de resistência acontece em várias partes do mundo. Com variados matizes, formas e conteúdos, crescem as mobilizações contra a globalização neoliberal e imperialista.”⁷⁴

Tal leitura da realidade, que destaca o momento de crescimento das mobilizações sociais, para além do debate sobre sua correção ou não, gera uma outra práxis no dia-a-dia da ação no meio da juventude, ao passo que a visão contrária, através da qual o movimento estudantil se apresenta como despolitizado e apático, ao se manifestar, gerar descrença, e desânimo.

Recentemente nas eleições realizadas para a escolha da nova diretoria do DCE da Universidade Federal de Uberlândia, uma das chapas concorrentes,

⁷³ Ibid., p.179.

⁷⁴ ENCONTRO Nacional Partido e Juventude PC do B. Disponível em: <http://www.pedob.org.br>. Acesso em: 25 de jun. 2006.

expressando uma leitura presente no meio estudantil, fez a seguinte análise do momento atual:

*Num momento em que parte dos movimentos sociais e inclusive setores do próprio movimento estudantil preferem ceder aos benefícios do aparelho estatal, aceitando a implementação de políticas que vão na contramão de nossas lutas históricas.*⁷⁵

Por essa interpretação, os indivíduos ligados aos movimentos sociais adquirem um perfil pouco louvável, pois cedem “aos benefícios do aparelho estatal”, desse modo o processo de mobilização se faz quase como numa cruzada, dos puros que não se vendem, contra os fracos e iludidos pelo canto de sereia do Estado. Tal leitura produz já na sua origem uma divisão fundamental dos estudantes em dois grupos, porém tal divisão não existe. A prática de mobilização derivada desta leitura é via de regra ineficiente, e conduz a criação de verdadeiros “guetos”, extremamente politizados, no interior do movimento estudantil. Como os estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia nas vésperas do golpe de 1964: confusos e isolados. Portanto, facilmente derrotáveis.

Assim, a ação da UJS / PC do B se encontra facilitada, pois de um lado a principal força política da esquerda brasileira, o PT, não tem motivos para se queixar da lealdade dos comunistas na direção da UNE, não dirigindo esforços efetivos para reconquistar a direção da entidade, e do outro as organizações “esquerdistas” que devido ao seu alto grau de fragmentação, ainda foram capazes de se articular para fazer frente à hegemonia do PC do B e de sua ala juvenil, a UJS.

A UNE é acusada de ser alinhada ao governo Lula e de servir como correia de transmissão do Ministério da Educação frente aos estudantes. Diversas tendências que disputam o poder da entidade apontam para a ação da UJS como sendo o elemento gerador desse alinhamento. Esse argumento é na verdade uma constatação da realidade. Pois não haveria de ser diferente, sendo o PC do B o parceiro de primeira hora do PT, desde os tempos das *Diretas Já*, seria natural o alinhamento político em um eventual governo conquistado pela coligação das duas forças, evidentemente a UNE, bem como

⁷⁵LUTAR QUANDO A REGRA É CEDER. Panfleto produzido na disputa eleitoral do DCE-UFU, em 2006.

todas as demais entidades dirigidas de alguma forma pelos comunistas formou durante o primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva a linha de frente em defesa do governo, nos momentos mais complicados da gestão Lula, a UNE contribuiu demonstrou sua lealdade, que verdade é em grande parte a lealdade das duas principais forças que atuam no movimento estudantil brasileiro, do próprio PT, e do PC do B.

Em troca o governo atende grande número de propostas da direção da UNE, abre espaço em conselhos, subsidia diversos eventos e atividades e chegou a nomear para Ministro de Estado um ex-presidente da UNE, e militante da UJS, Orlando Silva para a pasta dos esportes.

Porém, não há de constituir novidade nenhuma o alinhamento da UNE ao governo, pois vale lembrar que essa entidade nasceu durante uma ditadura e foi incentivada e não combatida. Durante toda a sua trajetória a entidade refletiu as disputas políticas que permearam a História brasileira, fez e desfez alianças com diversos governos em sua trajetória, porém nunca se afastou daquilo que ainda hoje justifica sua existência, que é ser a representante oficial do movimento político desenvolvido pelos estudantes desse país, seu intérprete autorizado e reconhecido como tal, no interior do movimento estudantil, inclusive pelos seus opositores.

Bibliografia

PONTES, Eloy. *A Vida Exuberante de Olavo Bilac*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. 2 v.

MARTINS, José de Souza *O Poder do Atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo, Editora Hucitec. 1994. Pg, 48 e 49..

BILAC, Olavo. Cantos Pátrios, p. 117-125, in: POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Prefácio de Antônio Houaiss, pg 21. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. pg. 54.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes 2000. 2º ed.

BRASIL: NUNCA MAIS - *Um relato para a história*. 31º ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. *O Partido Democrático e a Revolução de 1930*. 2º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. 2v.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 251.

CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 10º., 2001 Brasília. **Novo Rumo para o Brasil**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2002. 337p.

CARPEAUX, Otto Maria. *O Brasil no Espelho do Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo: Companhia das letras, 1996.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas- A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2º ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LARROUSSE CULTURAL. São Paulo: Universo, 1998. 8v.

Periódicos, Artigos, Documentos eletrônicos e outros textos:

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 24 agosto de 1937.

ENCONTRO Nacional Partido e Juventude PC do B. Disponível em:
<http://www.pcdob.org.br>. Acesso em: 25 de jun. 2006.

FORÇA QUE CRESCE! Título de uma cartilha que a UJS, lançou em 2003, em comemoração à vitória de Lula para a presidência da república.p.8.

A ESTRADA VAI ALÉM DO QUE SE VÊ. 13º Congresso Nacional da UJS.
Brasília; 2006.p.7.

A CLASSE OPERÁRIA. São Paulo, 25 março de 2006.p.2.

Revista Veja, São Paulo, p.52, out. 1980.

Revista Caros Amigos, São Paulo, nº 09, p.04.nov. 2001.

Guimarães, José Newton Rangel, 1975.

A União Nacional dos Estudantes depois da Ditadura: O Movimento Estudantil Contemporâneo e a Influência do Partido Comunista do Brasil.
70 fl.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Almeida.

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia

3 palavras chaves do Trabalho: Política Estudantil UNE